

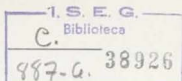
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Resultados Reais - Uma Reflexão

Dissertação para Mestrado em Gestão no
Instituto Superior de Economia da
Universidade Técnica de Lisboa

LISBOA

1988



RESERVADO



H64011:078 1988

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

Resultados Reais - Uma Reflexão

Dissertação para Mestrado em Gestão no
Instituto Superior de Economia da
Universidade Técnica de Lisboa

LISBOA

1988

I N D I C E

Introdução

1. Os Resultados Reais da Empresa

1.1. A Importância dos Resultados

1.1.1. As Limitações Humanas

1.1.2. A Aferição do Desempenho Económico

1.1.3. A Informação Exterior e a Fiscalidade

1.2. Resultados Reais ?

2. A Transformação dos bens não monetários em monetários

2.1 Utilização de Critérios Alternativos de Valorização dos Bens

Não Monetários - Exemplo A

2.1.1. Custo Histórico

2.1.1.1. Definição, Variantes e Funcionamento

2.1.1.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

2.1.1.3. Condições de Validade

2.1.2. Valor de Realização Líquido

2.1.2.1. Definição e Funcionamento

2.1.2.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

2.1.2.3. Condições de Validade

2.1.3. Custo Histórico Capitalizado

2.1.3.1. Definição e Funcionamento

2.1.3.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

2.1.3.3. Condições de Validade

2.1.4. Valor de Realização Líquido Descontado

2.1.4.1. Definição e Funcionamento

2.1.4.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

2.1.4.3. Condições de Validade

2.1.5. Custo de Reposição



2.1.5.1. Definição e Funcionamento

2.1.5.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

2.1.5.3. Condições de Validade

2.1.6. Valor Realizável Líquido

2.1.6.1. Definição e Funcionamento

2.1.6.2. Diferenças Face ao Critério do Valor de Realização

Líquido

2.1.6.3. Consequências nos Resultados - Exemplo A

2.1.6.4. Condições de Validade

2.1.7. Critérios de Afectação Constante

2.1.7.1. Definição, Funcionamento e Variantes

2.1.7.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

2.1.7.2.1. Variante de afectação absoluta constante

2.1.7.2.2. Variante de afectação relativa constante

2.1.7.3. Condições de Validade

2.1.8. Critério: Inexistência de Critério

2.1.8.1. Metodologias Destrutivas

2.1.8.1.1. Ausência de Coerência nos Critérios Definidos

2.1.8.1.2. Impossibilidade de Conhecimento dos "Outros" Resultados

2.1.8.2. Metodologias Não Destrutivas

2.1.8.2.1. Vantagens Face à Metodologia Tradicional

2.1.8.2.1.1. Clareza no Conhecimento dos Parâmetros Utilizados

2.1.8.2.1.2. Percepção da Natureza Multidimensional dos Resultados

2.1.8.2.1.3. Preservação da Realidade - Contributo para a

Constituição da Base de Dados da Organização

2.1.8.2.1.4. Investigação Contabilística

2.1.8.2.1.5. Contabilidade como Subsistema do Sistema de

Informação de Gestão (S.I.G.)

2.1.8.2.2. A Metodologia Não Destrutiva e a Técnica das "Partidas

Dobradas"

2.2. A Utilização da Técnica das "Partidas Dobradas", no âmbito de uma Metodologia Contabilística Não Destrutiva - Exemplo B

2.2.1. O Interesse da Adequação da Técnica ao Método

2.2.2. Regras Elementares de Funcionamento

2.2.3. Aplicação ao Exemplo B

2.2.3.1. Parâmetros

2.2.3.2. Movimentação de Contas

2.2.3.3. Operações de Apuramento de Resultados

2.2.3.3.1. Lançamentos de Actualização

2.2.3.3.2. Razão Geral Após os Lançamentos

2.2.3.3.3. Conta de Resultados

2.2.3.3.4. Balanço Final

2.2.4. Interpretação da Movimentação das Contas e dos Resultados

2.2.4.1. Contas de Fluxos como Centros de Responsabilidade

2.2.4.2. Conta de Resultados como Centro de Responsabilidade

Organizacional

2.2.4.3. Tipo de Centro de Responsabilidade

2.2.4.4. As Contas de Fluxos como Meio de Controlo Orçamental

2.2.4.5. Conta de Fluxos como Contrapartida de uma Conta de

Património

2.2.4.6. As Actividades "Inúteis"

2.2.4.7. Os Recursos Não Armazenáveis

2.2.4.8. Como se Saldam as Contas de Fluxos ?

2.2.5. Algumas Questões Levantadas pela Metodologia

2.2.5.1. Definição dos Recursos Organizacionais

2.2.5.1.1. Definição de Unidades Equivalentes Alternativas aos

Recursos Reais

2.2.5.1.2. Um Novo Conceito de Conta

2.2.5.2. Delimitação do Carácter Monetário (ou Não Monetário) dos

Diversos Recursos

2.2.5.2.1. Recursos Positivos ou Negativos Expressos em Divisas

Estrangeiras

2.2.5.2.2. Recursos Sobre Terceiros

2.2.5.2.2.1. Recursos "Normais" Sobre Terceiros

2.2.5.2.2.2. Recursos "Especiais" Sobre Terceiros

2.2.5.2.3. Existências e Imobilizações Não Financeiras

2.2.5.2.4. Títulos em Carteira

2.2.5.2.5. Situação Líquida

2.2.5.2.5.1. Capital Social

2.2.5.2.5.2. Resultados do Exercício

2.2.5.2.5.3. Resultados de Exercícios Anteriores

2.3. Conclusões Relativas ao Meio de Superação da Insuficiência

Manifestada pela Contabilidade Tradicional na Transformação dos Bens Não

Monetários em Monetários

2.3.1. Conclusão Básica: Adopção de uma Metodologia Não Destrutiva

2.3.2. Conclusão Complementar: Definição de Contas de Fluxos como

Forma de Avaliação do Desempenho dos Centros de Responsabilidade

3. O Factor Tempo

3.1. Factor Tempo e Conjuntura Inflacionista

3.2. O Factor Tempo e a Contabilidade

3.3. O Factor Tempo e a Metodologia Contabilística Tradicional

3.3.1. A Circunstância do Ajustamento

3.3.2. O Conteúdo do Ajustamento

3.3.2.1. Métodos Teóricos "Versus" Métodos Práticos

3.3.3. Caracterização e Aplicações dos Métodos Teóricos

3.3.3.1. Exemplo C

3.3.3.2. Método Teórico 1: Convencional

3.3.3.2.1. Pressupostos

3.3.3.2.2. Variantes : "Reavaliação do Imobilizado" e "Solução

Brasileira"

3.3.3.2.3. Críticas ao Método Convencional

3.3.3.2.4. Aplicação do Método ao Exemplo C

3.3.3.2.4.1. Método Convencional Sem Ajustamento ao Factor Tempo

3.3.3.2.4.2. Método Convencional Com Ajustamento ao Factor Tempo,

Segundo a Variante da "Reavaliação do Imobilizado"

3.3.3.2.4.3. Método Convencional Com Ajustamento ao Factor Tempo,

Segundo "Modelo Brasileiro"

3.3.3.2.5. Conclusões Básicas do Método Teórico 1: Convencional

3.3.3.3. Método Teórico 2: Conversão (ou CPP)

3.3.3.3.1. Pressupostos

3.3.3.3.2. Variantes

3.3.3.3.3. Críticas ao Método de Conversão

3.3.3.3.4. Aplicação ao Exemplo C

3.3.3.4. Método Teórico 3: Avaliação (ou CCA)

3.3.3.4.1. Pressupostos

3.3.3.4.1.1. Qual o Valor de um Bem ?

3.3.3.4.1.2. A Dicotomia dos Resultados

3.3.3.4.2. Variantes

3.3.3.4.3. Críticas ao Método de Avaliação

3.3.3.4.4. Aplicação ao Exemplo C

3.3.3.5. Método Teórico 4: Misto

3.3.3.5.1. Pressupostos

3.3.3.5.2. Variantes

3.3.3.5.3. Críticas ao Método Misto

3.3.3.5.4. Aplicação ao Exemplo C

3.4. O Factor Tempo e as Metodologias Contabilísticas Não

Destrutivas

3.4.1. Insuficiência da Contabilidade Tradicional

3.4.2. Aprofundamento da Metodologia Contabilística Não Destrutiva

Notas

Bibliografia

Introdução

A presente dissertação, elaborada no âmbito do Terceiro Curso Especializado Conducente ao Mestrado em Gestão, pelo Instituto Superior de Economia, pretende analisar alguns aspectos que reputo de relevantes associados à problemática da determinação dos resultados das organizações, particularmente das empresas. Todavia, pela dimensão da temática, os propósitos deste trabalho são limitados a áreas específicas, não pretendendo, de forma alguma, abarcar a globalidade da matéria supracitada. O objectivo único desta breve introdução consiste em expressar esses limites.

Como em todas as realidades, poderei definir as fronteiras conceptuais da dissertação de duas formas: positiva ou negativamente.

No âmbito da primeira perspectiva, as "Resultados Reais - Uma Reflexão" têm como objectivo analisar os dois factores que considero básicos para a inexactidão dos resultados das organizações, em termos de espelho do seu nível real de desempenho:

a) os critérios de transformação dos bens não monetários na unidade monetária;

b) o factor tempo.

Pela existência de diversos estudos e referências bibliográficas relativamente aos métodos aplicados nos diversos países, mormente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, para ajustar a contabilidade a situações inflacionistas, a temática da consideração contabilística do "factor tempo" é comumente associada à análise das experiências das diversas latitudes. Eis porque penso ser necessário definir o meu trabalho também pela negativa, ao expressar claramente que não é objectivo desta dissertação a descrição crítica dessas realidades, não pela circunstância do assunto me ser subjectivamente menos interessante, digno ou importante, mas tão somente pela necessidade de estabelecer limites, inevitavelmente estreitos pela amplitude do tema.

Espero que os objectivos traçados sejam relativamente alcançados nas 3600 linhas que se seguem.



1. Os Resultados Reais da Empresa

1.1. A Importância dos Resultados

"Os Resultados obtidos no exercício findo ascendem a 500 000 contos, após impostos".

Desta forma possível uma organização apresenta os resultados obtidos pelas suas actividades, durante um dado período de tempo. Num único valor, de sinal positivo ou negativo, é patente o nível de desempenho alcançado com um processo complexo de laboração de uma unidade económica constituída por inúmeros recursos que, de acordo com determinada afectação, geram um conjunto de utilidades potenciais sob a forma de bens e/ou serviços.

1.1.1. As Limitações Humanas

A noção de determinar um valor que, por si só, sumerize uma diversidade de informações e permita uma imediata aferição do desempenho, é uma simplificação, sem dúvida, mas de inequívoca utilidade. Poder-se-á mesmo afirmar que o Homem, nas várias facetas da sua actividade, tende para, desprezando a complexidade das realidades, sintetizar a informação a abarcar, pelo que o conceito de resultado da empresa, expresso num único valor, está em perfeita consonância com esta forma global de apreensão da realidade exterior. Este factor constitui o motivo básico que determina a importância comumente atribuída aos Resultados.

1.1.2. A Aferição do Desempenho Económico

Resultados e Desempenho são dois conceitos associados, embora com significado real distinto. Os Resultados são um indicador do nível de Desempenho alcançado, não sendo, contudo, o único meio de aferição do referido nível. Por exemplo, a Libertação de Meios Líquidos, em dado período, é, no quadro de determinadas circunstâncias e objectivos

empresariais, um instrumento de avaliação do desempenho. Todavia, é indiscutível que os indicadores básicos de rendibilidade, apresentados pela generalidade dos autores, se baseiam nos Resultados obtidos pela empresa (1). Ora, se a rendibilidade representa o seu nível de desempenho económico, logo os Resultados são o indicador preferido desse desempenho.

1.1.3. A Informação Exterior e a Fiscalidade

A importância dos Resultados advém-lhe também da obrigatoriedade da sua determinação e divulgação, para efeitos de informação exterior e de tributação. É legítimo que as pessoas singulares e colectivas suportem o ónus do financiamento da organização social, em função dos seus rendimentos e riqueza. No caso das empresas, o indicador de rendimento escolhido para determinação da contribuição devida para o fim citado, é os seus Resultados, se bem que corrigidos, ou talvez melhor, distorcidos.

Do exposto ressalta a importância atribuída aos Resultados pelas mais diversas entidades intervenientes ou interessadas na vida empresarial.

1.2. Resultados Reais ?

Inequivocamente não.

Considero que os Resultados calculados através das regras contabilísticas geralmente aceites se afastam da realidade por dois motivos básicos:

- a) limitações nos critérios utilizados na valorização dos bens não monetários.
- b) não consideração do factor tempo.

O primeiro ponto alude à problemática da transformação de um bem físico em valores monetários, pelo facto de esse bem ter sido, por

exemplo, vendido ou consumido.

A segunda causa referida abarca as consequências nos Resultados pela contradição existente entre a circunstância de os elementos contabilísticos se expressarem em unidades monetárias e a não observância das regras de Cálculo Financeiro. A dimensão da distorção nos Resultados é função directa da taxa de capitalização a considerar para a empresa, que por sua vez é influenciada, entre outros factores, pelas variações do nível geral de preços. Dai resulta a existência de uma relação entre a inflação e os resultados reais das empresas, que originaram a elaboração de estudos e métodos de compatibilização da técnica contabilística à realidade (2). Contudo, a essência da referida distorção encontra-se não somente nas variações dos preços, mas na não consideração do factor tempo. Por outras palavras, mesmo num cenário de inflação nula, verifica-se um desvirtuamento dos Resultados por efeito da citada não observância do princípio básico de Cálculo Financeiro, em que dois capitais somente poderão ser adicionados ou subtraídos se reportados a um momento de referência comum.

O ponto 2. desta dissertação aborda o primeiro dos factores supracitados, motivadores do desajustamento entre os Resultados e o nível de Desempenho real, enquanto o ponto 3. trata da segunda causa.

2. A Transformação dos bens não monetários em monetários

Sem dúvida que a importância atribuída aos Resultados advém da sua forma: um só número, que tudo condensa e simplifica. Uma das suas insuficiências básicas deriva também dessa sua característica. Para que seja possível apresentar esse valor síntese da actividade de um período, é necessário estabelecer formas de harmonização entre realidades físicas bem dispares. Exemplificando, para que se possa afirmar que a empresa X, ao trocar m mercadorias do seu armazém por um título de dívida, obteve um resultado positivo de r , é necessário converter bens

materiais, que deixam de existir em sua posse, na única unidade de expressão dos Resultados : a unidade monetária. Se uma empresa para a sua actividade necessita de afectar vários recursos, com unidades e características físicas bem diversas, os resultados do seu desempenho são patenteados somente em unidades monetárias.

Para que seja possível esta transformação da unidade em que se expressam os meios da empresa, é necessário o recurso à definição de algo que, cumulativamente, desvirtua a essência e o carácter real dos resultados: os critérios de valorização dos bens não monetários.

Importa analisar o que entendo por bens não monetários, no quadro do presente contexto. Defino bem não monetário, todo o património da empresa cuja unidade natural de expressão difere da unidade monetária. São exemplos claros de bens não monetários as existências e o immobilizado corpóreo ou em curso. Relativamente ao immobilizado incorpóreo e financeiro, ou mesmo a certos créditos sobre terceiros, não é imediata a consideração do carácter monetário dos mesmos.

Outras definições são possíveis, como a de Yuji Ijiri, em que "um bem é considerado monetário se o seu valor é fixado em unidades monetárias, por contrato ou outro meio, sujeito a alterações nos preços específicos ou no Índice Geral de Preços".

Numa análise cuidada, conclui-se pela necessidade de definição e utilização de tantos critérios quantas as operações de transformação de unidades físicas em unidades monetárias, para a determinação dos resultados. As amortizações, no sentido lato de custo derivado pelo desgaste do immobilizado, e as saídas de existências para utilização no processo de fabrico ou venda são exemplos da necessidade de aplicação de critérios que permitam estabelecer a relação entre o consumo, total ou parcial, de um bem, expresso na sua unidade física, e um valor, expresso em unidades monetárias.

Os resultados da empresa, estando alicerçados nos referidos critérios são, por si só, desvirtuados, sendo essa distorção tanto maior quanto esse mesmo critério não se adequar à realidade ambiental da empresa e/ou aos objectivos da análise. Assim, a empresa deverá escolher qual o critério a utilizar, de acordo com as circunstâncias e os fins em vista, não sendo correcto considerar, aprioristicamente, um critério como o ideal, em termos absolutos, relegando os restantes para uma condição de subalternidade, em qualquer circunstância.

Do exposto conclue-se que a escolha do(s) critérios de valorização dos bens não monetários é uma selecção relativa e não absoluta. Vejamos um exemplo (3).

2.1 Utilização de Critérios Alternativos de Valorização dos Bens Não Monetários - Exemplo A

Consideremos a seguinte actividade desenvolvida por uma empresa:

a) compra, no início do ano 1, de um bem não monetário, por exemplo uma mercadoria destinada a posterior revenda, por C_0 u.m..

b) despesas de transporte associadas à compra à taxa de t % do valor de compra e comissões de venda à taxa k % do valor de venda.

c) venda, no fim do ano 2, do mesmo bem por V_2 u.m. (valor bruto).

d) notas adicionais

d1) o "tempo esperado" de venda da mercadoria é de 1 ano após a compra, ou seja, o prazo médio de rotação dessa existência é de 1 ano.

d2) os preços de compra e venda da mercadoria são, respectivamente, de C_0 , V_0 (no início do ano 1); C_1 , V_1 (no fim do ano 1); C_2 , V_2 (no fim do ano 2).

d3) a taxa de juro real anual é de i %, considerando a empresa que essa taxa é um correcto indicador do seu nível de indiferença (ou equivalência) financeira (4).

d4) existe total coincidência temporal entre o fim do ano 0 e o início do ano 1, pelo que somente são considerados para este efeito dois

exercícios económicos (anos 1 e 2).

d5) as operações de compra e venda efectuaram-se a pronto pagamento.

Com base na informação disponível, quais foram os resultados reais da empresa, no exercício 1 e 2 ?

A única resposta ajustada à questão supracitada é "depende", já que a determinação dos resultados está intimamente relacionada com as circunstâncias e os objectivos subjacentes a esse mesmo cálculo. Ora, sem se conhecerem as condições de clima e ambiente organizacional (5), não é possível uma escolha correcta de quais os critérios de valorização dos bens não monetários a utilizar.

Vejamos alguns dos critérios possíveis (6), as consequências na determinação dos resultados e as suas condições de validade.

2.1.1. Custo Histórico

2.1.1.1. Definição, Variantes e Funcionamento

O Custo Histórico determina que "os registos se efectuem com base numa realidade objectiva (...) em contraste com valores aleatórios ou subjectivos" - enquadramento do Decreto-Lei nº 47/77, de 7/2, que estabelece juridicamente o Plano Oficial de Contabilidade.

Uma definição objectiva do critério poderá ser a seguinte: Os bens são valorizados ao seu custo nominal de compra; os proveitos são considerados no momento de efectivação do acto de venda ou equivalente.

No âmbito deste critério é possível estabelecer variantes, dependendo do conceito de custo de compra.

Não há qualquer dúvida, e tal corresponde à prática contabilística normal, relativamente à inclusão no custo da compra de todas as despesas associadas a essa compra, como sejam, o custo do transporte, o prémio de seguro e todas as taxas, direitos e encargos inerentes a tal acto. As

variantes verificam-se na determinação da(s) operação(ões) que define(m) o fim do acto de compra, já que essa "barreira" simbólica traduz-se na consideração de todos os custos a montante como inerentes à compra, ignorando, para este efeito, os custos a jusante. Sem pretender um aprofundamento deste aspecto, interrogo-me sobre o motivo por que o custo do manuseamento e guarda da mercadoria, até esta dar entrada fisicamente no armazém, tem consequências diversas nos resultados, comparativamente com o custo associado à mesma função, mas praticada dentro do armazém. Quer a natureza, quer a função do custo são idênticas; somente o local geográfico é diferente.

é evidente que é necessário estabelecer o citado limite, para além do qual a mercadoria se encontra já valorizada, não podendo assim incorporar outro tipo de custos no seu valor, no quadro do critério de custo histórico. Como as funções da empresa são um processo, assumindo-se continuamente, qualquer que seja o seu momento de quebra artificial, mas necessária para efeitos de valorização, tal traduz-se no surgimento de situações anómalas.

2.1.1.2 Consequências nos Resultados - Exemplo A

a) valorização das existências no início do ano 1:

$$CO (1+t)$$

b) valorização das existências no fim do ano 1:

$$CO (1+t)$$

Mantém-se inalterado o valor, como consequência do princípio do custo histórico.

c) resultados do ano 1: O (proveitos = O ; custos = O)

Todas as despesas suportadas nesta actividade foram consideradas na valorização da mercadoria, pelo que os custos do exercício são nulos. Não se registam proveitos, já que não se efectuou qualquer venda (ou equivalente), neste exercício.

d) valorização das existências no fim do ano 2: O

e) resultados do ano 2: $V2 - [C0 (1+t) + V2 k]$

Proveitos : $V2$; valor bruto de venda das mercadorias.

Custos : $C0 (1+t)$; custo das existências vendidas.

$V2 k$; comissão de k % sobre o valor de venda.

2.1.1.3. Condições de Validade

O critério do custo histórico é o meio comumente utilizado para a valorização dos bens não monetários. Está, contudo, particularmente vocacionado quando "uma empresa não pode aumentar os seus recursos monetários até que os seus activos sejam convertidos em recursos monetários"(7).

Trata-se de um critério que atribui a totalidade do proveito a um exercício; aquele em que se processa a operação de venda. Quando, pelas séries históricas da empresa ou da actividade, se conhece antecipadamente a necessidade média de um prazo de, como no exemplo, um ano, para se proceder à venda da mercadoria, em condições normais de mercado, então por que somente ao ano da venda é afecto a globalidade de um proveito que, sem o contributo de exercícios anteriores, não seria possível? Se os resultados são uma medida de desempenho, os proveitos deveriam ser proporcionalmente rateados pelos exercícios que contribuem, pela sua actividade, para a concretização desse proveito.

Conclui-se, assim, que, no quadro das circunstâncias do exemplo exposto, o critério do custo histórico desvirtua os resultados, encarados como indicador do nível de desempenho da organização, em dado período temporal.

Tal como acontece com o critério seguinte.

2.1.2. Valor de Realização Líquido (B)

2.1.2.1. Definição e Funcionamento

Os bens são valorizados ao seu preço líquido de venda previsível; os proveitos previstos são considerados no momento de efectivação do acto de compra - definição possível para este critério.

A valorização dos bens ocorre na sua entrada em armazém, pelo valor esperado do seu preço de venda líquido (de descontos, abatimentos, comissões e similares). O diferencial entre esse valor esperado líquido de venda e o seu preço de custo, é um proveito totalmente afecto ao exercício em que se opera a compra. Quando do acto de venda dos bens, verifica-se um outro diferencial, desta feita entre o preço real da venda e o valor esperado de tal operação, calculado no momento de compra. Esse diferencial será nulo se coincidir a previsão de realização com o valor, de facto, de venda, tendo saldo credor ou devedor se a previsão se situar, respectivamente, aquém ou além, da realização.

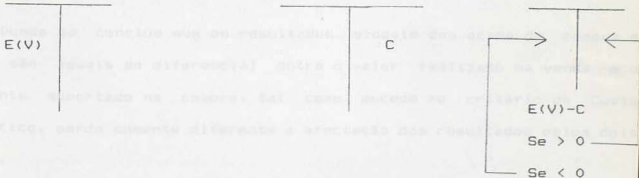
Esquemáticamente :

Na Compra

Existências

Conta Monetária

Resultados



Sendo E(V) : Valor Esperado das vendas líquidas, no momento de compra

C : Valor de compra

Na Venda

Existências	Conta Monetária	Resultados
E(V)	V	V-E(V)
		Se > 0
		Se < 0

Sendo V : Valor de venda líquida

Agregando os dois actos de compra e venda :

Existências		Conta Monetária		Resultados
E(V)	E(V)	V	C	E(V)-C+V-E(V)
Saldo		Saldo		Saldo
Nulo		V-C		V-C

Donde se conclue que os resultados globais dos actos de compra e venda são iguais ao diferencial entre o valor realizado na venda e o montante suportado na compra, tal como sucede no critério do Custo Histórico, sendo somente diferente a afectação dos resultados pelos dois actos.

2.1.2.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

a) valorização das existências no início do ano 1:

$$V1 (1-k)$$

Sendo V1 : Valor bruto da venda se esta se realizar no momento esperado, ou seja, no fim do ano 1.

k : Percentagem de comissão na venda.

$V_1 (1-k)$: Valor líquido esperado das vendas.

b) valorização das existências no fim do ano 1:

$$V_1 (1-k)$$

Mantém-se inalterado o valor, já que não se encontra previsto qualquer reavaliação das existências, no âmbito do presente critério.

c) resultados do ano 1: $V_1 (1-k) - CO (1+t)$

Os resultados são o diferencial entre o valor esperado da venda líquida de comissões ($V_1 (1-k)$) e o preço de compra (CO), incluindo as despesas acessórias ao acto de compra ($CO t$), traduzindo os resultados previstos com a operação de compra efectuada.

d) valorização das existências no fim do ano 2: 0

e) resultados do ano 2: $V_2 (1-k) - V_1 (1-k)$

Os resultados deste exercício expressam um desvio de previsão, já que são iguais ao diferencial entre os valores de venda líquida real e previsional.

Os resultados globais obtidos nos dois anos são $V_2 (1-k) - CO (1+t)$, sendo repartidos em $V_1 (1-k) - CO (1+t)$ no primeiro ano e de $V_2 (1-k) - V_1 (1-k)$ no ano subsequente, ou seja, os resultados do biénio são iguais, quer utilizando o critério do custo histórico, quer do valor de realização líquido, diferindo somente a repartição pelos dois exercícios intervenientes.

2.1.2.3. Condições de Validade

O presente critério encontra-se vocacionado para a valorização dos bens não monetários que se destinam a posterior venda, isto é, as existências, sendo de difícil aplicação nas imobilizações, já que estas não possuem um valor de realização independente dos bens que, com o seu consumo, contribuem para criar.

Mesmo no âmbito da valorização das existências, as circunstâncias em que o critério do valor de realização líquido é válido são bastante

particularizadas. Assim, poder-se-á afirmar, como regra genérica, que as condições de validade deste critério são aquelas em que se verifiquem, cumulativamente, as duas premissas infracitadas:

a) o valor e a data de venda são pré-conhecidos com razoável probabilidade de êxito.

b) o maior estrangulamento no conjunto de actividades da empresa encontra-se no acto de compra (9).

Uma "economia de guerra" é um exemplo típico de uma situação ambiental em que os preços e os momentos de venda podem ser definidos antecipadamente pela empresa, dado o desequilíbrio entre procura e oferta, e em que a função aprovisionamento é a actividade de maior dificuldade e que condiciona os resultados da empresa.

Numa economia de mercado, com diversos concorrentes e possibilidade de escolha múltiplas, por parte dos consumidores, a previsão da data e do valor de realização são falíveis, sendo, contudo, possível encontrar tal informação através de métodos de previsão, econométricos ou de outro tipo.

Assim, o momento esperado da venda poderá ser calculado com base no tempo médio de armazenagem de cada tipo de existências:

$$\begin{array}{l} \text{Número esperado} \quad \text{Valor médio das existências em armazém} \\ \text{de dias de} \quad = \text{-----} \quad * 365 \\ \text{armazenagem} \quad \text{Valor anual das existências vendidas} \end{array}$$

O valor esperado de realização é estimado recorrendo ao método de ajustamento de uma função que expresse a relação entre o preço de venda e o tempo. A função será do tipo exponencial, se a taxa de crescimento dos preços for constante, sendo linear se o diferencial do incremento do valor absoluto dos preços permanecer inalterado.

2.1.3. Custo Histórico Capitalizado

2.1.3.1. Definição e Funcionamento

Os bens são valorizados inicialmente ao seu custo nominal de compra, sendo o seu valor capitalizado a uma determinada taxa; os proveitos são considerados no momento de efectivação do acto de venda ou equivalente - definição do critério.

A valorização inicial dos bens é efectuada de acordo com as regras do critério de custo histórico. No fim de cada exercício os bens são "reavaliados" de forma a que o valor desses bens se mantenha financeiramente equivalente, a uma determinada taxa de capitalização. A diferença entre o valor dos bens "reavaliados" e o seu valor inicial, ou doutro modo, a capitalização, é um resultado do exercício em análise, correspondendo à valorização nominal do investimento efectuado.

Se no critério do custo histórico o valor nominal dos bens permanece inalterado, no critério do custo histórico capitalizado o seu valor mantém-se financeiramente equivalente, para uma determinada taxa de capitalização.

2.1.3.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

a) valorização das existências no início do ano 1:

$$CO (1+t)$$

b) valorização das existências no fim do ano 1:

$$[CO (1+t)](1+i)$$

Este valor decompõe-se em:

$$CO (1+t) \quad \rightarrow \text{valor inicial das existências}$$

$$CO (1+t)i \quad \rightarrow \text{capitalização à taxa de } i, \text{ isto é,}$$

valorização nominal das existências.

c) resultados do ano 1: $CO (1+t)i$

d) valorização das existências no fim do ano 2: 0

e) resultados do ano 2: $V_2 (1-k) - CO (1+t)i$

Proveito : V_2 (valor bruto de venda das mercadorias)

Custo : $C_0 (1+t)^i$ (custo das existências vendidas)

$V_2 K$ (comissão de k % sobre o valor de venda)

Ao contrário do critério do custo histórico, os resultados do ano 2 não representam a totalidade dos resultados da actividade expressa no exemplo A, já que foi considerado no ano anterior o proveito derivado a valorização das existências então em armazém.

2.1.3.3. Condições de Validade

As circunstâncias ambientais de utilização profícua do critério são, de uma forma genérica, idênticas ao do custo histórico - ausência de informações previsionais (ou grande dificuldade da sua obtenção, com razoável margem de segurança probabilística) e necessidade de adopção de princípios de prudência na valorização dos bens não monetários - com excepção da consideração do factor tempo. Embora de uma forma simplista (aplicação de uma taxa uniforme de capitalização aos diversos agregados patrimoniais) este critério considera o factor tempo em operações com capitais - princípio basilar, mas omisso nos métodos contabilísticos tradicionais (10).

Sendo a utilização de um valor capitalizado, e como consequência uma taxa de capitalização, uma premissa caracterizante deste critério, a sua condição de validade é função da capacidade de adopção, pela empresa, de uma taxa que esteja coerente com as características de clima e ambiente. A taxa de capitalização a utilizar deverá variar de entidade para entidade, devendo representar a relação de indiferença financeira da empresa. Se para a organização A, pelas características da sua estrutura financeira e económica, pelos constrangimentos ambientais e pelos seus objectivos, X u.m., no momento 0, representam o equivalente a Y u.m., no momento 1, então a taxa de capitalização a considerar, no âmbito do presente critério, deverá ser de $(Y-X)/X$.

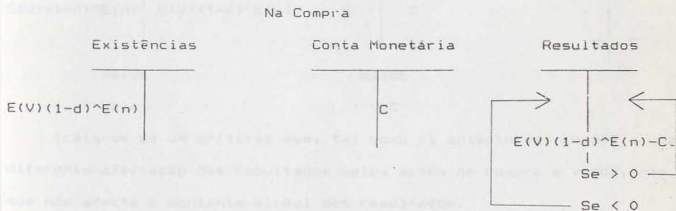
2.1.4. Valor de Realização Líquido Descontado

2.1.4.1. Definição e Funcionamento

Os bens são valorizados inicialmente pelo seu preço líquido de venda previsível descontado; os proveitos previstos são considerados no momento de efectivação da compra - definição do critério.

A diferença relativamente ao critério do valor de realização líquido consiste no facto de naquele os bens adquiridos serem valorizados com base no seu valor de venda previsto, líquido dos encargos inerentes à venda, enquanto neste último a valorização das existências entradas em armazém se efectuar considerando o mesmo valor previsto, mas actualizado, a uma determinada taxa.

Esquemáticamente :



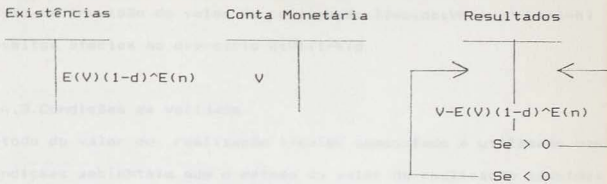
Sendo $E(V)$: Valor Esperado das vendas líquidas, no momento de compra

d : taxa real de desconto equivalente à taxa real de capitalização i , calculada segundo o método referido em 2.1.3.3.(11).

$E(n)$: Valor Esperado do tempo, expresso na mesma unidade de tempo do período da taxa d .

C : Valor de compra

Na Venda



Sendo V : Valor de venda líquida

Agregando os dois actos de compra e venda :

Existências		Conta Monetária		Resultados
$E(V)(1-d)^E(n)$	$E(V)(1-d)^E(n)$	V	C	$V - C$
Saldo		Saldo		
Nulo		$V - C$		

Trata-se de um critério que, tal como os anteriores, conduz a uma diferente afectação dos resultados pelos actos de compra e venda, mas que não afecta o montante global dos resultados.

2.1.4.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

a) valorização das existências no início do ano 1:

$$V1(1-k)(1-d)$$

em que $V1(1-k)$ corresponde ao valor esperado de realização e $(1-d)$ ao factor de desconto, durante uma unidade de tempo.

b) valorização das existências no fim do ano 1:

$$V1(1-k)(1-d)$$

c) resultados do ano 1: $V1(1-k)(1-d) - C0(1+t)$

d) valorização das existências no fim do ano 2: 0

e) resultados do ano 2: $V2(1-k) - V1(1-k)(1-d)$

Estes resultados traduzem duas realidades:

- desvio de previsão do valor de realização líquido: $V_2(1-k) - V_1(1-k)$
- proveitos afectos ao exercício 2: $V_1(1-k)d$

2.1.4.3. Condições de Validade

O método do valor de realização líquido descontado é utilizado nas mesmas condições ambientais que o método do valor de realização líquido, isto é, conhecimento antecipado do valor e data de venda, cumulativamente com o facto de o maior estrangulamento no conjunto das funções da empresa residir no acto de compra.

O presente critério considera o factor tempo, através da introdução de uma taxa de desconto, sendo condição da sua validade a capacidade da empresa de adoptar, face às condições externas e internas, uma coerente taxa de desconto. Seguindo o raciocínio já expresso em 2.1.3.3., se para a organização, X u.m., no momento 0, representam Y u.m., no momento 1, então a taxa de desconto correcta, a considerar no critério do valor de realização descontado, deverá ser de $(Y-X)/Y$ (12).

2.1.5. Custo de Reposição

2.1.5.1. Definição e Funcionamento

Os bens são valorizados, no fim de cada período, ao seu custo de reposição; os proveitos são considerados no momento de efectivação do acto de venda ou equivalente - definição.

A valorização inicial dos bens é efectuada tendo por base o seu custo histórico. No fim de cada período, os bens são revalorizados ao seu custo de reposição, considerando os preços vigentes no mercado nessa data.

Este critério é utilizado como método de ajustar a contabilidade a situações de alta de preços, pelo que será aprofundado no ponto 3.3.3.4..

2.1.5.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

a) valorização das existências no início do ano 1:

$$C0(1+t)$$

b) valorização das existências no fim do ano 1:

$$C1(1+t)$$

c) resultados do ano 1:

$$C1(1+t)-C0(1+t)$$

Este valor decompõe-se em:

$C1-C0$ -> resultados devidos à valorização do preço de compra das mercadorias.

$C1t-C0t$ -> resultados associados ao custo de transporte das mercadorias.

d) valorização das existências no fim do ano 2: 0

e) resultados do ano 2:

$$V2(1-k)-C1(1+t)$$

Estes resultados incluem:

$C2(1+t)-C1(1+t)$ -> revalorização das existências ao seu custo de reposição, pelo facto de a venda se efectuar no fim do período 2.

$V2(1-k)-C2(1+t)$ -> resultados do acto de venda.

Note-se que ao acto de venda poderão ser imputados resultados negativos, sendo os resultados desse exercício positivos. Tal sucederá sempre que a venda se processe a um valor menor que o custo de reposição na data de venda, embora o preço de venda seja superior à valorização da saída da existência, que se efectua tendo por base o custo de reposição vigente no fim do último período.

2.1.5.3. Condições de Validade

O critério do custo de reposição enquadra-se no princípio da continuidade da empresa. De facto, só terá sentido basear a valorização dos bens não monetários, nomeadamente existências ou imobilizado, no

critério do custo de reposição, se a empresa, pelos seus objectivos, necessitar de repor os níveis desses bens.

Considerando o pressuposto supracitado, o critério do custo de reposição ajusta-se à realidade objectiva da existência de proveitos passivos, entendidos como resultados alcançados não por actos da empresa (de compra ou venda), mas tão somente por um maior valor obtido no mercado por bens similares àqueles que a organização possui, transitoriamente, no seu património. Esses resultados são designados por ganhos de detenção, sendo analisados no ponto 3.3.3.4..

Pode afirmar-se que o critério do custo de reposição utiliza o princípio da especialização dos exercícios aos proveitos (ou custos) derivados da aplicação de recursos em activos não monetários, ao contrário do critério do custo histórico, que afecta o exercício onde se processa o acto de venda com as mais-valias (ou menos-valias⁽¹³⁾) resultantes das subidas (ou descidas) dos preços vigentes no mercado de aprovisionamento desses bens.

2.1.6. Valor Realizável Líquido

2.1.6.1. Definição e Funcionamento

Os bens são valorizados, no fim de cada período, ao seu preço líquido de venda actual; os proveitos são considerados no momento de efectivação do acto de venda ou equivalente - definição.

No acto de compra os bens são valorizados com base no seu custo histórico. No fim de cada exercício são revalorizados tendo em consideração o seu valor líquido realizável nessa data, ou seja, os proveitos líquidos de despesas inerentes ao acto de venda (como exemplo, comissões), que a empresa obteria se procedesse à sua venda, nesse mesmo momento.

Dada a similitude terminológica entre os critérios do Valor Realizável Líquido e do Valor de Realização Líquido ⁽¹⁴⁾, importa salientar as diferenças profundas patentes entre ambos.

2.1.6.2. Diferenças Face ao Critério do Valor de Realização

Líquido

	Valor Realizável Líquido	Valor de Realização Líquido
Valorização no acto de compra	Custo Histórico	Valor líquido de venda previsível, no momento de venda
No fim do exercício	Revalorização dos bens, com base no seu valor líquido de venda nessa data	_____
No acto de venda	Desvio de valorização dos bens	Desvio de previsão

2.1.6.3. Consequências nos Resultados - Exemplo A

a) valorização das existências no início do ano 1:

$$C0(1+t)$$

b) valorização das existências no fim do ano 1:

$$V1(1-k)$$

c) resultados do ano 1:

$$V1(1-k) - C0(1+t)$$

Estes resultados traduzem o ganho obtido se o bem fosse vendido no fim deste exercício

d) valorização das existências no fim do ano 2: 0

e) resultados do ano 2:

$$V2(1-k) - V1(1-k)$$

ou

$$(V2 - V1)(1-k)$$

em que:

$V2-V1$ é o desvio bruto de valorização do bem desde o fim do último exercício até ao momento de venda.

$1-k$ é o factor de transformação do desvio bruto de valorização em desvio líquido.

2.1.6.4. Condições de Validade

Se o critério do custo de reposição se alicerça no princípio da continuidade da actividade normal da empresa, o presente critério do valor realizável líquido poder-se-á enquadrar num contexto de uma actividade em que se conhece antecipadamente, com razoável probabilidade, a existência de limites temporais ao seu desenvolvimento.

Estando a actividade da empresa condicionada temporalmente, tem sentido que os seus bens não monetários sejam valorizados ao seu preço de venda, pois a qualquer momento será necessário liquidar os valores patrimoniais, transformando em meios líquidos os referidos bens. Ora o critério que minimiza as mais-valias associadas a tal liquidação é exactamente o presente. Todavia, as condições de validade do critério do valor realizável líquido não se limitam às circunstâncias referidas.

Citando Yuji Ijiri, o "Valor Realizável Líquido pode ser justificado quando o objectivo da entidade é a distribuição de um montante máximo de dinheiro pelos proprietários". Pretendendo a empresa maximizar os dividendos a distribuir aos accionistas (ou quotistas), os resultados de cada exercício deverão reflectir a capacidade da empresa de transformação dos seus bens não monetários em meios líquidos, por forma a alcançar o objectivo expresso.

Estes objectivos empresariais enquadram-se na perspectiva de existência de um limite temporal para o desenvolvimento das actividades, num curto prazo, pois de outra forma tais metas cerceariam o futuro da empresa, através de uma erosão à sua capacidade de auto-financiamento,

factor essencial do desenvolvimento

Para O.P.Twerdie, o presente critério de valorização dos bens não monetários, nomeadamente existências, é o "mais intuitivo" e que melhor informação útil fornece. Os defensores desta opção advogam que um Balanço alicerçado no Valor Realizável Líquido tem um significado imediato para um utilizador da informação financeira: o total a débito do Balanço traduz o valor, em moeda corrente, do património da empresa. Neste contexto, Chambers considera que um activo valorizado por este critério informa qual o seu "valor equivalente em unidades monetárias". Assim, o presente critério adapta-se bem melhor às características do Balanço, que ao apuramento de Resultados, já que não respeita dois princípios contabilísticos e financeiros básicos:

- a) do conservantismo, ao considerar preços de uma venda antes desta ocorrer;
- b) da continuidade, ao não pressupor a continuação do negócio da organização.

Por fim, para Edward e Bell, a não explicitação da capacidade da empresa de continuar a sua actividade, a prazo, é a crítica básica a este critério.

2.1.7. Critérios de Afectação Constante

2.1.7.1. Definição, Funcionamento e Variantes

Os resultados obtidos num processo de compra e posterior venda ou consumo são afectos aos exercícios em que se processaram as actividades conexas com aqueles actos - definição.

A afectação dos resultados pelos supracitados exercícios deverá ser função da importância dos actos desenvolvidos nesses períodos de tempo, tendo em conta a consecução dos objectivos empresariais pretendidos. Todavia, como um tal juízo valorativo é de difícil aferição, uma forma possível de distribuir os resultados de uma actividade plurianual,

consiste em considerar valores de afectação constantes.

Neste pressuposto, surgem duas variantes possíveis:

- a) critérios de afectação absoluta constante;
- b) critérios de afectação relativa constante.

Na primeira variante, os resultados são distribuídos, em valores constantes, pelos diversos exercícios intervenientes nos actos empresariais geradores dos resultados. Assim:

$$L_1 = L_2 = \dots = L_n = L/n$$

sendo L os resultados da actividade desenvolvida em n exercícios.

Relativamente ao segundo subcritério, os resultados dos diversos exercícios são financeiramente equivalentes, considerando a taxa de remuneração do capital investido.

Para o caso particular de dois exercícios, em que o investimento inicial foi de A, gerando resultados globais de L, a afectação aos dois exercícios referidos será função do seguinte sistema de equações:

$$\left\{ \begin{array}{l} L_1 = A_i \\ L_2 = L_1(1+i) \\ L_1 + L_2 = L \end{array} \right.$$

já que $i = L_1/A$

sendo i a taxa de remuneração dos capitais investidos, cujo período coincide com um exercício;

A o capital investido;

L_j os resultados afectos ao exercício j;

$L_2 = L_1(1+i)$ em consequência da regra, subjacente ao critério, da equivalência financeira dos resultados dos dois exercícios;

e, obviamente, $L_1 + L_2 = L$, por tratar-se de uma afectação de resultados alcançados (L) por dois exercícios que para tal contribuíram.

Expressando i em função de L e A, variáveis de valor conhecido, já

que as incógnitas são os valores dos resultados afectos aos exercícios 1 e 2 (L1 e L2), resulta:

$$Ai^2 + 2Ai - L = 0$$

forma quadrática com duas soluções, uma das quais com significado relevante:

$$i = (1 + L/A)^{(1/2)} - 1$$

Note-se que o resultado de i não é mais do que a taxa equivalente de período duas vezes menor que o da taxa L/A (15).

Generalizando, para que a taxa de remuneração do investimento de cada exercício seja constante, durante m períodos de tempo, o valor dessa taxa será função desse espaço temporal m , dos resultados globais L e do investimento A , da seguinte forma:

$$i = (1 + L/A)^{(1/m)} - 1$$

A taxa equivalente, mas de período m vezes superior (i'), ou seja, a taxa de remuneração do investimento global será de L/A , respeitando-se a condição de equivalência entre taxas reais, no regime de juro composto:

$$i' = (1 + i)^m - 1$$

já que:

$$L/A = [1 + \underbrace{(1 + L/A)^{(1/m)} - 1}]^m - 1$$

$$i' = i$$

2.1.7.2. Consequências nos Resultados - Exemplo A

2.1.7.2.1. Variante de afectação absoluta constante

a) resultados da actividade desenvolvida (L)

$$L = V2(1 - k) - C0(1 + t)$$

b) resultados afectos ao exercício 1 ($L1$)

$$L1 = L/2 = [V2(1 - k) - C0(1 + t)]/2$$

c) resultados afectos ao exercício 2 (L2)

$$L2 = L/2 = [V2(1 - k) - CO(1 + t)]/2$$

2.1.7.2.2. Variante de afectação relativa constante

a) resultados da actividade desenvolvida (L)

$$L = V2(1 - k) - CO(1 + t)$$

b) resultados afectos ao exercício 1 (L1)

sendo $L1 = Ai$

$$e \quad i = (1 + L/A)^{(1/m)} - 1$$

resulta $i = (1 + [V2(1 - k) - CO(1 + t)]/[CO(1 + t)])^{(1/2)} - 1$

donde $i = ([V2(1 - k)]/[CO(1 + t)])^{(1/2)} - 1$

e $L1 = [V2(1 - k) * CO(1 + t)]^{(1/2)} - CO(1 + t)$

c) resultados afectos ao exercício 2 (L2)

sendo $L2 = L1(1 + i)$

resulta $L2 = V2(1 + t) - [V2(1 - k) * CO(1 + t)]^{(1/2)}$

Sabendo que, no exercício 1, a única operação conexa com esta actividade foi o acto de compra referido, no valor de $CO(1 + t)$, os resultados do exercício expressarão a diferença entre a valorização da existência em armazém, no fim do exercício, e o aludido valor de compra. Assim:

$$L1 = S1 - CO(1 + t)$$

sendo S1 a valorização da existência em armazém no fim do exercício

1

donde $[V2(1 - k) * CO(1 + t)]^{(1/2)} - CO(1 + t) = S1 - CO(1 + t)$

e $S1 = [V2(1 - k) * CO(1 + t)]^{(1/2)}$

Desta forma compreende-se melhor o significado da expressão dos resultados dos exercícios 1 e 2, atrás deduzidas:

$$L1 = [V2(1 - k) * CO(1 + t)]^{(1/2)} - CO(1 + t)$$

ou seja $L1 = \underbrace{\hspace{1.5cm}}_{\text{resultados}} = \underbrace{\hspace{1.5cm}}_{\text{existências finais}} - \underbrace{\hspace{1.5cm}}_{\text{compras}} S1 - CO(1 + t)$

$$e \quad L2 = V2(1 - k) - [V2(1 - k) * C0(1 + t)]^{(1/2)}$$

$$\text{isto é } \underbrace{L2}_{\text{resultados}} = \underbrace{V2(1 - k)}_{\text{vendas}} - \underbrace{S1}_{\text{existências iniciais}}$$

$$\text{com } \underbrace{L = L1 + L2}_{\text{resultados}} = \underbrace{V2(1 - k)}_{\text{vendas}} - \underbrace{C0(1 + t)}_{\text{compras}}$$

resultado este já conhecido, pois este critério somente abarca a problemática da afectação de resultados alcançados pelos exercícios que contribuíram para esse nível de desempenho.

2.1.7.3. Condições de Validade

As condições de validade deste tipo de critérios são limitadas à questão da afectação de resultados por exercícios. Além deste constrangimento básico, somente terá sentido distribuir os resultados obtidos por uma actividade plurianual (no pressuposto de exercícios anuais, como é comum, por uso e imperativos legais), pelos diferentes exercícios, se o nível de desempenho atribuível aos diversos períodos temporais for equivalente. Se tal não acontecer, a afectação absoluta ou relativa constante não traduzirá a desejável e necessária correspondência entre resultados e nível de desempenho.

2.1.8. Critério: Inexistência de Critério

Cada um dos critérios anteriormente apresentados conduzem a uma determinação específica dos resultados de cada exercício. Não é correcto eleger, para qualquer circunstância, o critério "justo", ou seja, o que maximiza a correlação entre os resultados de um exercício e o nível de desempenho patenteado pela organização, nesse espaço temporal. Todavia, a determinação dos resultados é uma necessidade, por imperativos diversos, como de auxiliar de gestão, fiscais, estatutários ou legais, sendo forçoso escolher os critérios mais correctos para cada

processo de transformação de bens não monetários em meios líquidos. Embora sabendo que qualquer critério desvirtua a realidade, como a única unidade de expressão dos movimentos contabilísticos, nomeadamente de determinação de resultados, é a unidade monetária, a organização é impelida, pela forma de estruturação da técnica contabilística comumente adoptada, a escolher e utilizar os supracitados critérios.

A única forma de superar tal limitação consiste na adopção de uma nova filosofia de contabilização dos factos patrimoniais.

Em termos das unidades de expressão utilizadas pela contabilidade para retratar a realidade da actividade da organização, podem-se considerar duas metodologias distintas:

a) utilização de uma única unidade monetária (u.m.) para expressão e registo de todos os factos patrimoniais, mesmo naqueles em que os bens envolvidos não têm como expressão "natural" (16) a u.m. (metodologia tradicional).

b) utilização de diversas unidades de expressão e registo dos factos patrimoniais, sendo escolhida para cada transacção patrimonial a métrica que "naturalmente" se associa a essa realidade organizacional.

No âmbito da primeira metodologia referida, o sistema contabilístico utiliza somente uma unidade de medida para registo da realidade (a u.m.), enquanto que pela segunda opção se verifica a necessidade de uso de várias unidades de mensuração. Numa análise Primária, dir-se-á que o melhor método será aquele que necessitar do mínimo de unidades de expressão, a bem da simplicidade e facilidade de tratamento da informação. Esta afirmação é, obviamente, verdadeira, mas parcial, já que outro factor, além das já citadas simplicidade e facilidade, deverá ser considerado na avaliação das duas metodologias apresentadas: a "veracidade" (17).

Como já referi, existe uma relação estreita entre o conceito de resultados reais, entendidos como de elevada veracidade, isto é com

grande ajustamento ao nível de desempenho, e os objectivos e enquadramento organizacional em que esses resultados são calculados. Daí ter concluído que o conceito de resultados reais é relativo e não absoluto. Ora, para que nas diversas circunstâncias e subordinado aos objectivos e fins dispares que se colocam à organização, seja possível determinar os supracitados resultados reais, que maximizam o conceito apresentado de veracidade, é necessário que a filosofia da técnica contabilística assente numa óptica de preservação dos factos patrimoniais. Poder-se-ão redefinir as metodologias contabilísticas em dois tipos, em função da sua capacidade de preservação dos citados factos patrimoniais:

- a) destrutivas;
- b) não destrutivas.

2.1.8.1. Metodologias Destrutivas

Os registos contabilísticos não correspondem aos factos patrimoniais, mas sim à sua expressão na métrica utilizada: a unidade monetária - definição.

Exemplificando, a realidade patrimonial associada à saída de uma mercadoria do armazém, pelo motivo de venda, é expresso pelo decréscimo do saldo da conta de mercadorias em n u.m., embora, de facto, o que sucedeu fosse uma diminuição de m unidades, expressos na métrica natural da citada mercadoria.

A contabilidade preserva, não os factos patrimoniais, tal como sucederam, mas a sua revelação através de um critério de transformação de bens não monetários em u.m.. Os registos contabilísticos estão desta forma afectados pelo processo de transformação, nalguns casos de aviltamento, que constitui a adopção e utilização de um dos critérios atrás referidos. Como esses critérios estão associados a determinados objectivos e/ou circunstâncias, sendo a sua validade limitada a esse

enquadramento, os resultados patenteados por esta forma de organização contabilística somente poderão ser considerados à luz dos pressupostos de clima, ambiente e finalidades organizacionais subjacentes aos critérios utilizados. Esta prática conduz a duas situações de difícil superação:

2.1.8.1.1. Ausência de Coerência nos Critérios Definidos

Para que o saldo da conta de "Ganhos e Perdas" seja uma expressão dos resultados da organização, como medida do seu nível de desempenho, é necessário que a validade dos diversos critérios utilizados seja idêntica, pois doutra forma, tal saldo não passará de um valor, de maior ou menor aproximação aos resultados reais.

Por exemplo, uma empresa que adopte como critério de determinação da taxa de amortização (18) do imobilizado corpóreo afecto à produção, a relação entre o número de horas de utilização do bem e o valor esperado da sua vida útil, e que considere o critério e os limites fiscais para o cálculo das amortizações do restante imobilizado, está a incorrer numa situação de difícil coerência, que impossibilita uma correcta leitura do saldo da conta de resultados. Não são resultados fiscais, nem tão pouco serão os resultados com o objectivo de gestão, que patenteiem o citado nível de desempenho. Trata-se de uma situação híbrida, em que o analista, interno ou externo, terá dificuldade de cabalmente definir as condições de validade destes resultados.

2.1.8.1.2. Impossibilidade de Conhecimento dos "Outros" Resultados

Tendo em conta que não existem os resultados da organização, únicos e absolutos, mas sim um conjunto de resultados, dispares e relativos, função do clima, ambiente e objectivos, e que a metodologia contabilística tradicional somente fornece um dos resultados possíveis, quiçá internamente incoerente, a determinação dos restantes resultados é

de difícil cálculo. Essa dificuldade reside na própria essência da metodologia tradicional: o carácter destrutivo da organização contabilística, que retém nos seus registos a transformação dos factos patrimoniais através de um critério e não os próprios factos patrimoniais. Ora, se é o carácter destrutivo da metodologia contabilística tradicional o motivo básico da sua inadequação à realidade complexa de resultados relativos, a superação de tal ónus pressupõe a adopção de uma nova filosofia contabilística. De facto, com a estruturação tradicional, a contabilidade oferece-nos apenas um valor de resultados e impossibilita-nos o conhecimento dos restantes resultados, por não possuir a verdadeira informação que retrata os factos patrimoniais de um determinado exercício.

2.1.8.2. Metodologias Não Destrutivas

Os registos reflectem os factos patrimoniais, tal como sucederam, e não a sua expressão através de um dos diversos critérios - definição. Assim, a unidade de mensuração utilizada em cada registo é específica para a circunstância que esse registo pretende descrever, sendo a sua unidade natural, tal como definida anteriormente.

Tomando de novo o exemplo referido em 2.1.8.1., da saída de uma mercadoria do armazém, por motivo de venda, este facto patrimonial é expresso na unidade natural da mercadoria (caixas, kg., litros, etc.) e não num qualquer contra-valor em u.m., pela utilização de um critério específico.

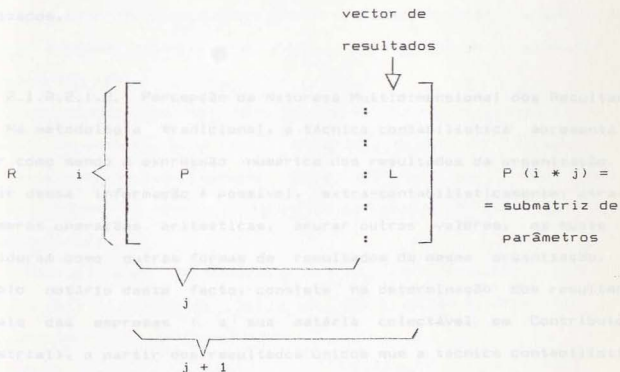
Após n registos contabilísticos, seriam utilizados m unidades de expressão (com n maior ou igual a m), estando sempre associada a cada registo uma dada métrica. Os critérios atrás definidos, ou outros equivalentes, são obviamente utilizados quando se pretende determinar os resultados da organização expressos numa única unidade (a u.m.), por razões de simplicidade de comparação, além de motivos legais e fiscais.

Contudo, esses critérios somente são utilizados quando do apuramento dos resultados da organização, não destruindo nem alterando os registros da realidade patrimonial, sendo então possível apresentar um conjunto de resultados associados, cada qual, a um vector de parâmetros. O apuramento dos resultados pode ser expresso por uma matriz $[i, (j+1)]$

(19), em que:

i é o número de vectores alternativos de critérios definidos

j é o número de critérios utilizados para a transformação de bens não monetários em bens monetários.



Nesta matriz definem-se duas submatrizes:

- a) a matriz P , que consiste na matriz de parâmetros (i, j) , cujo significado reflecte as condições de validade do resultado associado.
- b) o vector-coluna $L (i, 1)$, que traduz o nível de resultados associado a cada conjunto de critérios definidos, isto é, a cada vector-linha $(1, j)$ contido na matriz P .

2.1.8.2.1. Vantagens Face à Metodologia Tradicional

2.1.8.2.1.1. Clareza no Conhecimento dos Parâmetros Utilizados

A matriz de resultados apresenta, para cada vector-linha (1,j) de parâmetros, ou seja, de critérios empregues para converter os bens não monetários em monetários, um valor de resultados. Desta forma, reveste-se de total clareza, para qualquer analista, a interpretação das condições de validade dos resultados. Se os resultados são uma realidade relativa, então somente estarão completos, em termos de informação com significado útil de gestão, se associados aos critérios utilizados.

2.1.8.2.1.2. Percepção da Natureza Multidimensional dos Resultados

Na metodologia tradicional, a técnica contabilística apresenta um valor como sendo a expressão numérica dos resultados da organização. A partir dessa informação é possível, extra-contabilisticamente, através de meras operações aritméticas, apurar outros valores, os quais se consideram como outras formas de resultados de mesma organização. Um exemplo notório deste facto, consiste na determinação dos resultados fiscais das empresas (a sua matéria colectável em Contribuição Industrial), a partir dos resultados únicos que a técnica contabilística apura, utilizando os critérios "normais". Tendo sido destruída a informação patrimonial de base e restando, em sua substituição, registos contabilísticos que expressam a transformação da realidade, através dos critérios utilizados, quiçá incoerentes entre si, já que possuindo condições de validade ambiental díspares, é impossível determinar o conjunto de resultados atrás referido. Deste modo, somente com a metodologia não destrutiva é possível que os resultados adquiram a sua verdadeira expressão multidimensional, correspondendo cada dimensão a um conjunto de condições ambientais, climáticas e de objectivos organizacionais.

2.1.8.2.1.3. Preservação da Realidade - Contributo para a Constituição da Base de Dados da Organização

Como já referi, constituindo a essência da distinção entre as duas metodologias apresentadas, na óptica tradicional os registos correspondem, não à realidade, mas à sua transformada, o mesmo não sucedendo na metodologia não destrutiva. Esta distinção, sendo um factor diferenciador, é também uma inequívoca vantagem do último método, pois corresponde a um embrião, decisivo mas não exclusivo, para a constituição de uma Base de Dados relacional e integrada da organização, alicerçada em registos que expressam a realidade objectiva e que poderão ser, a qualquer momento, explorados, através de uma "linguagem de interrogação" (20).

A metodologia não destrutiva insere-se numa óptica que poderei não abusivamente designar como de "4ª Geração", já que permitirá, em tempo real, a exploração de informação básica pelo "utilizador final" (21), o analista interno ou externo, sujeita ao campo-chave de pesquisa que este deseja ou necessitar.

A contabilidade não determina um resultado; preserva a realidade, para que esta seja acedida e explorada, sob diversas perspectivas, pelos utilizadores finais da organização.

2.1.8.2.1.4. Investigação Contabilística

A presente metodologia possibilita o recurso a técnicas de simulação e optimização, utilizando-se a informação contabilística básica. Se os registos contabilísticos são, antes de mais, registos da realidade, poderão ser utilizados como base de simulação, constituindo uma forma de acrescentar uma nova dimensão à contabilidade: a investigação.

Concretizando a ideia exposta, é perfeitamente possível, através da pesquisa nos registos contabilísticos, organizados no âmbito do conceito

de Base de Dados da organização, determinar, por exemplo, os conjuntos dos preços dos produtos de equilíbrio, isto é, que anulem os resultados da empresa ou, num outro exemplo, matrizes de resultados simuladas.

2.1.8.2.1.5. Contabilidade como Sub-Sistema do Sistema de Informação de Gestão (S.I.G.)

A metodologia não destrutiva revela as relações de interdependência que se observam entre a informação contabilística, ela própria constituída por elementos que formam um todo indissociável, e a demais informação relevante para a organização, através da integração na Base de Dados referida. Assim, torna-se nítido que a informação contabilística não se deve limitar e encerrar nos seus próprios parâmetros, mas sim inscrever-se numa realidade mais vasta, a que pertence pela sua característica de informação de gestão. Um S.I.G. não deverá prescindir da informação contabilística, pois tal conduzirá à construção de sub-sistemas paralelos, um vocacionado unicamente para o registo de factos patrimoniais e um outro dirigido para a informação de gestão. Por outro lado, o S.I.G. não poderá confinar-se aos factos básicos retratados pelo sub-sistema contabilístico, pois outro tipo de informação, reveladora do clima ou do ambiente, é parte integrante da informação de gestão que o S.I.G. deve administrar (22).

2.1.8.2.2. A Metodologia Não Destrutiva e a Técnica das "Partidas Dobradas"

A técnica das "partidas dobradas" não é, de forma alguma, sinónimo de contabilidade, embora exista uma relação estreita entre as duas realidades referidas, pelo facto de as normas comumente aceites pela contabilidade utilizarem tal técnica.

As metodologias que apontam para a natureza multidimensional da contabilidade nalguns casos consideram a técnica das "partidas dobradas"

como sendo oposta às necessidades e pressupostos dessa mesma contabilidade multidimensional. Esta opinião não é, contudo, unanimemente aceite por diversos autores, como Sterling e Ijiri. Este último descreve uma forma de conciliação entre as necessidades da metodologia não destrutiva atrás apresentada, que se enquadra na natureza multidimensional da contabilidade, e os princípios da técnica das "partidas dobradas". O exemplo descrito no ponto seguinte pretende demonstrar uma forma de adequação das duas realidades referidas, sendo uma adaptação do modelo proposto pelo autor.

2.2. A Utilização da Técnica das "Partidas Dobradas", no âmbito de uma Metodologia Contabilística Não Destrutiva - Exemplo B

2.2.1. O Interesse da Adequação da Técnica ao Método

Poder-se-á argumentar que a questão da necessidade de conciliação das "partidas dobradas" com os pressupostos da metodologia contabilística não destrutiva é de pouca importância, no contexto da implementação da contabilidade multidimensional. Advogo tese contrária, por uma razão básica, mas que penso ser determinante, adveniente do seguinte princípio:

Quanto menor for o número de elos de ligação existentes entre as duas metodologias, uma vigente e outra que se pretende aplicar, maior é a dificuldade de implantação e maior o risco de inêxito.

De facto, maximizando os pontos de contacto entre os dois métodos, minora-se a resistência natural das organizações à mudança e beneficia-se dos seus efeitos sinérgicos. Assim, em consequência do exposto, a implantação de uma metodologia não destrutiva deverá ser acompanhada da manutenção das técnicas comumente utilizadas, como sejam as "partidas dobradas", adaptando-as às novas realidades e necessidades. Vejamos, desta forma, quais os ajustamentos imprescindíveis da técnica citada, para que responda cabalmente aos requisitos impostos por uma nova metodologia contabilística.

2.2.2. Regras Elementares de Funcionamento

São as seguintes as regras básicas de funcionamento da técnica das "partidas dobradas", sob a metodologia não destrutiva.

a) as contas agrupam-se em dois grandes tipos:

Contas de Património (23)

Contas de Fluxos (24)

b) cada conta de património corresponde a um recurso disponível na organização, sendo a unidade dessa conta a "unidade natural" desse recurso.

c) cada conta de fluxos corresponde a uma actividade ou função da organização.

d) as contas de património caracterizam-se pelo facto de todos os débitos e créditos numa conta se expressarem numa única unidade (Unidade de Património - U.P.)

e) as contas de fluxos definem-se por não possuírem uma dada unidade associada a todos os seus lançamentos, podendo uma conta específica de fluxos ser debitada e/ou creditada utilizando diversas unidades. O número de unidades de expressão utilizadas numa conta de fluxos varia entre um e o número de U.P.'s.

f) uma transacção elementar (lançamento de 1ª espécie) implica um movimento numa conta de fluxos e numa conta de património. O princípio básico das "partidas dobradas", em que a soma dos débitos é igual à soma dos créditos, é verificado.

g) cada lançamento tem associado uma única unidade, mas que difere de lançamento para lançamento. A informação relativa a um facto patrimonial elementar, expressa por um lançamento, somente se completa com a indicação da sua métrica.

h) a contrapartida de uma conta de património é sempre uma conta de fluxos, com excepção dos lançamentos de encerramento e de reabertura de contas.

2.2.3. Aplicação ao Exemplo B

2.2.3.1. Parâmetros

a) considere-se uma actividade de uma empresa, cujos recursos disponíveis, no início do ano X, são os seguintes:

Descrição	Métrica	Quantidades
Disponibilidades	unidade monetária	di
Existências de Matérias-Primas	kg.	mi
Existências de Produtos Acabados	caixas	pi
Imobilizado Corpóreo com y anos de uso	unidades	ci

Os recursos supracitados são financiados por um empréstimo no valor de ei u.m. e por capitais próprios no montante de si u.m..

Considerando os meios de financiamento como recursos negativos, é a seguinte a situação das contas de património, não saldadas, de uma determinada actividade, no início do ano X:

Recursos Positivos

Disponibilidades (U.P.=u.m.)

di

Exist. P.Ac. (U.P.=caixas)

pi

Exist. M.-P. (U.P.=kg)

mi

Imob. Corp.c/y anos (U.P.=unid.)

ci

Recursos Negativos

Empréstimo (U.P.=u.m.)

--

Situação Líquida (U.P.=u.m.)

--

b) considere-se os seguintes factos patrimoniais, que ocorreram durante o exercício X

b1) compra de m1 kg de M.-P., pelo preço de d1 u.m..

b2) contratação de h2 Horas-Homem (H.-H.) de trabalho, que originou uma despesa para a empresa de d2 u.m.

b3) pela utilização de h3 H.-H. de trabalho, de ci unidades de imobilizado corpóreo, durante um exercício, e de m3 kg de M.-P., foi possível produzir p3 caixas de produtos acabados.

b4) com a utilização de h4 H.-H. de trabalho, foi possível vender p4 caixas de produtos acabados e receber d4 u.m..

b5) os serviços administrativos consumiram h5 H.-H. de trabalho.

b6) foram amortizados d6 u.m. do empréstimo referido em a).

b7) os juros devidos, no montante de d7 u.m., foram capitalizados.

2.2.3.2. Movimentação de Contas

Os lançamentos contabilísticos, que correspondem a factos patrimoniais expressos por registos na Base de Dados da organização, são os seguintes:

c1)

Disponibilidades (U.P.=u.m.)

Existências M.-P. (U.P.=kg)

Contas de	-----	
Património		d1

	m1

Actividade de Gestão do Aprovisionamento em M.-P.

Contas de	-----			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
	u.m.	d1	kg	m1

c2)

Disponibilidades (U.P.=u.m.)

Recursos Humanos (U.P.=H.-H.)

Contas de	_____		_____	
Patrimônio		d2		h2

Actividade de Gestão dos Recursos Humanos

Contas de	_____			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
	u.m.	d2	H.-H.	h2

c3)

Recursos Humanos (U.P.=H.-H.)

Imob. Corp. c/y anos (U.P.=unid.)

Contas de	_____		_____	
Patrimônio		h3		c

Existências de M.-P.(U.P.=u.m.)

Existências de P.Acab.(U.P.=caixas)

_____		_____	
	m3		p3

Actividade de Gestão da Produção

Contas de	_____			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
	H.-H.	h3	caixas	p3
	kg	m3		
	unid.	c		

c4)

Recursos Humanos (U.P.=H.-H.) Disponibilidades (U.P.=u.m.)

Contas de	_____			
Património	h4	d4		

Existências de P.Acab.(U.P.=caixas)

Contas de	_____			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
	H.-H.	h4	u.m.	d4
	caixas	p4		

Actividade de Gestão Comercial

Contas de	_____			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
	H.-H.	h4	u.m.	d4
	caixas	p4		

c5)

Recursos Humanos (U.P.=H.-H.)

Contas de	_____			
Património		h5		

Actividade de Gestão Administrativa

Contas de	_____			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
	H.-H.	h5		

c6)

Disponibilidades (U.P.=u.m.)

Empréstimo (U.P.=u.m.)

Contas de	_____		_____	
Património		d6	d6	

Actividade de Gestão Financeira

Contas de	_____			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
	u.m.	d6	u.m.	d6

c7)

Empéstimo (U.P.=u.m.)

Contas de
Património

	d7
--	----

Actividade de Gestão Financeira

Contas de
Fluxos

U.P.	Valor	U.P.	Valor
u.m.	d7		

2.2.3.3. Operações de Apuramento de Resultados

As operações de apuramento de resultados englobam dois componentes, tal como na metodologia tradicional, isto é, os lançamentos que, pela sua natureza ocorrem unicamente em momentos específicos, que designarei por lançamentos de actualização, e o conjunto de acções de determinação do montante dos resultados. No caso da metodologia presente, os resultados são determinados, numa primeira fase, utilizando as unidades "naturais" dos diversos recursos, ou seja, as suas Unidades de Património.

2.2.3.3.1. Lançamentos de Actualização

O objectivo dos lançamentos de regularização consiste em ajustar os registos gerados no sub-sistema contabilístico com base em informações adicionais que, pela sua natureza, somente são regularizadas em momentos pontuais. Como exemplo desta informação, veja-se a necessidade de alterar os dados relativos ao tempo de uso dos activos que, num exercício, são parcialmente consumidos pela actividade da empresa (o Imobilizado), assim como o caso de recursos cujo saldo final não seja nulo, mas que, pelas suas características, não sejam passíveis de armazenagem.

No exemplo em análise, verifica-se a concretização de cada uma das circunstâncias supracitadas, sendo desta forma necessário proceder aos respectivos lançamentos de actualização:

(c8) Imobilizado Corpóreo c/y+1 anos de uso (U.P.=unidades)

Contas de	_____	
Património	c	
		Actividade de Gestão da Produção

Contas de	_____			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
			unid.	c

Trata-se da actualização da antiguidade do imobilizado afecto à função de produção

(c9) Recursos Humanos (U.P.=H.-H.)

Contas de	_____	
Património		hd
		Actividade de Gestão dos Recursos Humanos

Contas de	_____			
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.	Valor
	H.-H.	hd		

Este lançamento traduz o desperdício de recurso humano não utilizado, já que este meio colocado à disposição da organização não é passível de armazenagem, como, por exemplo, os recursos de existências.

Nota-se que os lançamentos c3), c4) e c5) corresponderam à utilização, mas parcial, do recurso humano disponibilizado pela situação descrita em c2). A parcela deste recurso não afecta a qualquer actividade da organização, não é potencialmente armazenável, para ulterior utilização, sendo esse saldo um ónus atribuível à função de gestão dos recursos humanos, em termos de aferição do seu desempenho, pelos resultados.

Vejamos a situação do Razão Geral após os lançamentos efectuados.

2.2.3.3.2. Razão Geral Após os Lançamentos

a) Contas de Património:

Disponibilidades (U.P.=u.m.)

Disponibilidades (U.P.=u.m.)		Pressuposto:
d1	d1	
d4	d2	
	d6	$df=(d1+d4)-(d1+d2+d6)$
	df	

Existências de M.-P.(U.P.=kg)

Existências de M.-P.(U.P.=kg)		Pressuposto:
mi	m3	$mf=(mi+m1)-m3$
m1	mf	

Existências de P.Acab.(U.P.=caixas)

Existências de P.Acab.(U.P.=caixas)		Pressuposto:
pi	p4	$pf=(pi+p1)-p4$
p3	pf	

Imobilizado Corpóreo c/y anos de uso (U.P.=unid.)

Imobilizado Corpóreo c/y anos de uso (U.P.=unid.)		Pressuposto:
ci	c	$ci=c \Rightarrow cf=0$

Imobilizado Corpóreo c/y+1 anos de uso (U.P.=unid.)

Imobilizado Corpóreo c/y+1 anos de uso (U.P.=unid.)		Pressuposto:
c	cf	$c=cf \Rightarrow ci=0$

Recursos Humanos (U.P.=H.-H.)

U.P.	h2	h3	Pressuposto:
U.P.		h4	$h2=h3+h4+h5+hd$
U.P.		h5	
U.P.		hd	

Empréstimo (U.P.=u.m.)

U.P.	d6	ei	Pressuposto:
U.P.	ef	d7	$ef=(ei+d7)-d6$

Situação Líquida (U.P.=u.m.)

U.P.	sf	si	Pressuposto:
U.P.			$si=sf$

b) contas de Fluxos:

Actividade de Gestão do Aprovisionamento em M.-P.

U.P.	Valor	U.P.	Valor
u.m.	d1	kg	m1

Actividade de Gestão dos Recursos Humanos

U.P.	Valor	U.P.	Valor
u.m.	d2	H.-H.	h2

Actividade de Gestão da Produção

U.P.	Valor	U.P.	Valor
H.-H.	h3	caixas	p3
unid.	c	unid.	c
kg	m3		

Atividade de Gestão Comercial

U.P.	Valor	U.P.	Valor
caixas	p4	u.m.	d4
H.-H.	h4		

Atividade de Gestão Administrativa

U.P.	Valor	U.P.	Valor
H.-H.	h5		

Atividade de Gestão Financeira

U.P.	Valor	U.P.	Valor
u.m.	d6	u.m.	d6
n.m.	d7		

2.2.3.3.3. Conta de Resultados

Os resultados da organização são fornecidos pelo saldo do conjunto das contas de fluxos, valor esse expresso, numa primeira fase, nas diversas unidades de Patrimônio. Uma formulação possível para a Demonstração de Resultados da empresa será a indicada na página seguinte (25):

2.2.3.3.4. Saldo Final

Os resultados poderão ser considerados, numa primeira fase, como a diferença entre as atividades iniciais e finais da organização. Esta consideração dos resultados pode ser feita entre duas instituições, encontrando-se, assim, o balanço da primeira instituição.

Demonstração de Resultados

C. de Fluxos	Contas de Patrimônio	-----Positivos-----					--Negativos--		
		Disp.	Exist M.-P.	Exist P.Ac.	Imob. Corp.	Imob. Corp.	Rec. Hum.	Emprést.	Sit. Liq.
					y anos	y+1 anos			
U.P. =	u.m.	kg	caixa	unid.	unid.	H.-H.	u.m.	u.m.	
=====									
	Gestão Aprov. M.-P.	-d1	+m1						
	Gestão Rec. Humanos	-d2					+h2-hd		
	Gestão da Produção		-m3	+p3	-c	+c	-h3		
	Gestão Comercial	+d4		-p4			-h4		
	Gestão Administrat.						-h5		
	Gestão Financeira	-d6						-d6+d7	
Resultado		+d4-	m1-m3		-c	+c	h2-hd-	d7-d6	0
		-d1-d2-d6		p3-p4			-h3-h4-h5		

2.2.3.3.4. Balanço Final

Os resultados poderão ser considerados, numa outra óptica, como a diferença entre as situações iniciais e finais da organização. Esta consideração dos resultados, como mero saldo entre duas situações, encontra-se na linha de pensamento da Teoria Monista Estática.

Assim:

Contas de Patrimônio	-----Positivos-----					-----Negativos-----		
	Disp.	Exist M.-P.	Exist P.Ac.	Imob. Corp.	Imob. Corp. y anos	Rec. Hum.	Emprést.	Sit. Liq.
U.P. =	u.m.	kg	caixa	unid.	unid.	H.-H.	u.m.	u.m.
Saldo Inicial	di	mi	pi	ci	0	0	ei	si
Ressultado	+d4- -d1-d2-d6	m1-m3	p3-p4	-c	+c	h2-hd- -h3-h4-h5	d7-d6	0
Saldo Final	di+d4- -d1-d2-d6	mi+m1- -m3	pi+p3- -p4	ci-c	+c	h2-hd- -h3-h4-h5	d7+ei- -d6	si

Considerando o sistema de pressupostos definidos no ponto 2.2.3.3.2., isto é :

$$\begin{cases}
 df = (di+d4) - (d1+d2+d6) \\
 mf = (mi+m1) - m3 \\
 pf = (pi+p3) - p4 \\
 ci = c \\
 c = cf \\
 h2 = h3+h4+h5+hd \\
 ef = (ei+d7) - d6 \\
 si = sf
 \end{cases}$$

o Balanço Final será:

		-----Positivos-----				--Negativos--		
Contas	Disp.	Exist	Exist	Imob.	Imob.	Rec.	Emprést.	Sit.
de	Informação	M.-P.	P.Ac.	Corp.	Corp.	Hum.		Liq.
Património				y	y+1			
				anos	anos			
U.P. =	u.m.	kg	caixa	unid.	unid.	H.-H.	u.m.	u.m.
=====								
Balanço Final	df	mf	pf	0	cf	0	ef	sf

2.2.4. Interpretação da Movimentação das Contas e dos Resultados

O ponto 2.2.3. ilustrou uma forma de adequação possível da técnica das "partidas dobradas" à metodologia não destrutiva, exemplificando-se a forma de movimentação das contas e de apuramento dos resultados. Importa interpretar a informação fornecida.

2.2.4.1. Contas de Fluxos como Centros de Responsabilidade

Como referi em 2.2.2., "cada conta de fluxos corresponde a uma actividade ou função da organização". Importa pormenorizar o significado da expressão "actividade ou função", para cada organização. Exemplificando, à função-produção corresponderá sempre uma conta de fluxos, específica e indivisível? E a actividade de gestão dos recursos humanos será expressa sempre por uma outra conta de fluxos?

A resposta é não. Se a organização necessitar, em termos de informação com fins de gestão, de analisar o comportamento de gamas de produtos, então deverá possuir uma conta de fluxos de produção por cada gama, tal como para a actividade de comercialização. Poderá ainda optar, em alternativa, por contas de fluxos por gama de produtos, não

distinguindo as funções de produção e comercial. O mesmo se poderá referir para o caso da função de recursos humanos, ou para qualquer outra actividade da organização.

Numa empresa desconcentrada geograficamente, poderá ser útil a existência de informação por regiões; logo as contas de fluxos devem definir-se por zona geográfica.

Assim, uma conta de fluxos deve corresponder a um Centro de Responsabilidade (C.R.), entendido como uma actividade/função passível, perante os objectivos e a estruturação da organização, de análise do seu desempenho. Um C.R. deve constituir a unidade elementar da organização, a qual se pretende controlar a sua actividade e avaliar o seu desempenho, variando, assim, de acordo com a estrutura e objectivos de cada organização.

2.2.4.2. Conta de Resultados como Centro de Responsabilidade Organizacional

A forma como a informação é preservada permite, em qualquer momento, aferir o grau de desempenho dos diversos C.R., estando estes hierarquizados numa relação de inclusão, desde o nível mais baixo definido até à globalidade da empresa.

O C.R. de nível mais agregado é a própria organização, correspondendo, em termos de equivalência entre conta de fluxos e C.R., à conta de resultados. Esta conta decompõe-se em diversas outras, ou num outro prisma, o C.R./organização é a súmula de outros diversos centros de aferição do desempenho. Desta forma, verifica-se uma correspondência biunívoca entre cada C.R. de nível inferior e cada conta de fluxos, divisionária da conta de resultados.

2.2.4.3. Tipo de Centro de Responsabilidade

Centro de Responsabilidade é sinónimo, normalmente, de Centro de Responsabilidade Financeira. Tal facto advém da circunstância de a avaliação do desempenho da organização ou dos seus subsistemas ser efectuada utilizando uma única métrica: a unidade monetária. Em consequência, a responsabilização pela gestão e actividade exercida por um órgão ou sector da organização é expressa financeiramente.

No âmbito da presente metodologia, as contas de fluxos não são forçosamente Centros de Responsabilidade Financeira, embora se possam analisar como tal, através da aplicação dos já referidos critérios de transformação dos bens cuja unidade de expressão "natural" não é a unidade monetária, nessa mesma métrica.

Recorrendo ao exemplo B, explicitado em 2.2.3., a actividade de gestão comercial utilizou p_4 caixas de um recurso determinado (existências de produtos acabados) e h_4 H.-H. de outro recurso (o humano), para gerar d_4 u.m.. Foi esta a realidade da acção de gestão e actividade do subconjunto que constitui a função comercial da organização, ou seja, trocou uma quantidade de caixas de produtos e de horas de trabalho, por um montante de meios líquidos. O seu resultado real, o valor que acrescentou à organização e à sociedade, pela sua acção produtiva foi, inequivocamente, de:

$$d_4 \text{ u.m.} - (p_4 \text{ caixas} + h_4 \text{ H.-H.})$$

Embora esta operação traduza os resultados efectivamente reais deste C.R., somente é exequível o seu cálculo numérico, transformando as três métricas utilizadas (u.m., caixas e H.-H.) numa única comum. Por convenção, com vantagens óbvias em termos de, nomeadamente, simplicidade de comparações inter-sectoriais, a unidade escolhida é a u.m.. Logo, é forçoso o recurso a critérios que transformem p_4 caixas e h_4 H.-H. em p_4' u.m. e h_4' u.m.. Consoante o critério que seja escolhido, o que é o



mesmo que afirmar, consoante os objectivos organizacionais subjacentes a esta escolha, diferente é o valor da referida operação, podendo mesmo o seu sinal variar, demonstrando a relatividade do conceito de resultados.

Em suma, as contas de fluxos não são, por natureza, Centros de Responsabilidade Financeira, mas, utilizando-se os critérios já referidos, poderão ser transformados em tal. Neste caso, revestirão a característica de Centros de Lucro, pois cada conta apresentará a contribuição para os resultados globais, derivada da actividade que expressa.

2.2.4.4. As Contas de Fluxos como Meio de Controlo Orçamental

Qualquer que seja a filosofia subjacente à elaboração de um orçamento, de meios ou de projecto, este atribui a cada sector da organização um determinado crédito para efectuar despesas e subsequentes pagamentos, afectos a cada rubrica orçamental (26).

Numa óptica de constituição da Base de Dados da organização, a informação orçamental constitui, pela sua importância, um dos seus subsistemas integrantes. Logo, a metodologia orçamental deverá ser coerente com a metodologia contabilística, de acordo com as características de integração e compatibilidade da informação básica em que se alicerça a citada Base de Dados. Assim, a cada orçamento de um sector da organização deve corresponder uma conta de fluxos; às rubricas orçamentais, uma conta de património; aos créditos orçamentais, montantes expressos em unidades de património. O orçamento da organização é o somatório dos orçamentos dos seus C.R., que correspondem às contas de fluxos. Citando novamente o exemplo B, o orçamento de consumos da sua função comercial, seria o seguinte:

Recursos	Valores	Unidade do Património
Humanos	ho	H.-H.
Existências		
de P.Acab.	po	caixas

Em qualquer momento, através da consulta da Base de Dados, é possível pesquisar e comparar a informação orçamental com a contabilística, ou seja, entre a previsão de recursos a utilizar e os dados históricos do consumo desses recursos. A vantagem desta informação consiste na facilidade de isolar os desvios orçamentais do desvirtuamento do efeito preço. De facto, o desvio entre h4 e ho, voltando a citar o exemplo referido, é um desvio de quantidade, quiçá de eficiência na utilização de meios disponíveis.

2.2.4.5. Conta de Fluxos como Contrapartida de uma Conta de Património

Em 2.2.2., alinea h), referi que "num lançamento, a contrapartida de uma conta de património é sempre uma conta de fluxos."

Esta afirmação reveste-se de importância, no âmbito da interpretação do funcionamento da metodologia, sendo mais do que uma simples regra de contabilização.

Se um crédito numa conta de património implica um débito numa conta de fluxos, então tal significa que a afectação de um recurso traduz uma responsabilização de um sector de organização por esse consumo. Ao invés, um débito numa conta de património, com contrapartida num crédito numa conta de fluxos, atribui o acréscimo do recurso positivo (ou decréscimo do negativo) à actividade de um dado sector (C.R.). Os recursos, positivos ou negativos, são entidades passivas, logo não tem sentido que se "movimentem" entre si. Para que um recurso seja consumido ou gerado, é necessário que um componente activo do sistema organizacional aja sobre esse recurso, possibilitando, assim, a sua alteração de estado. É esta a função dos diversos sectores da organização.

Considerando o exposto, é possível redefinir o conceito de Centro de Responsabilidade, como o subsistema organizacional cuja função consiste na gestão dos fluxos de recursos.

2.2.4.6. As Actividades "Inúteis"

Como situação comum, um C.R. combina um ou mais recursos para gerar outros recursos. Todavia, em algumas situações, certo sector elementar da organização somente consome activos, entendendo-se a expressão em sentido amplo, sem produzir, aparentemente, outros recursos. No exemplo B, verifica-se que a actividade de gestão administrativa consumiu "improdutivamente" 5 H.-H. de recursos humanos, já que não se registou qualquer geração de recursos associado a esse consumo.

Será que essa actividade é, na realidade, improdutiva?

Existem duas respostas extremas para esta questão:

a) a actividade produz recursos que, pelas suas características, são de difícil quantificação, já que a sua "unidade natural" não tem existência física. Como exemplo, refira-se o recurso vital para a organização que consiste na informação. Para que este recurso seja gerado, é, evidentemente, necessário consumir outros recursos, sendo difícil quantificar a dimensão da informação produzida, ou mesmo escolher uma métrica ajustada, pelo carácter imaterial deste recurso.

b) a actividade não gera qualquer recurso "útil" para a organização, sendo, neste caso, efectivamente improdutiva.

Em termos teóricos, toda a produção de recursos, materializáveis ou não, deve ser considerada e retratada pelo sub-sistema contabilístico. Assim, a informação gerada pelas diversas áreas elementares da organização seria um recurso a utilizar pelas restantes componentes do conjunto. Um esquema construído nestes moldes seria um excelente instrumento de análise e racionalização de estruturas, já que evidenciaria as actividades e órgãos verdadeiramente improdutivos, isto é, aqueles que não geram qualquer recurso organizacional útil ou cuja desproporção entre os recursos consumidos e criados é desfavorável.

Na implantação prática desta metodologia, afigura-se-me como de grande dificuldade identificar e isolar todos os recursos, especialmente os imateriais, que as diversas áreas elementares produzem, bem como qual

a sua matriz de prestações recíprocas. Desta forma, a interpretação da circunstância de um C.R., em aparência, não gerar qualquer produção, não poderá ser nem imediata, nem automática, pois é necessário analisar da existência de fluxos de recursos imateriais, não considerados no sub-sistema contabilístico, mas de inegável valor e importância organizacional.

2.2.4.7. Os Recursos Não Armazenáveis

Certos recursos não são passíveis de armazenamento, pelas suas características, sendo exemplo desse facto o recurso humano. A organização remunera e, por consequência, dispõe desse recurso em função do tempo da sua utilização potencial, independentemente da utilidade real do seu consumo, do seu uso produtivo. Se esse recurso não for utilizado, num certo espaço de tempo, então a "vida" potencialmente útil do recurso consome-se, sem qualquer contrapartida.

Como o recurso humano é consumido pelo factor tempo, independentemente da sua utilização, este não é passível de armazenagem. Logo, a conta de património que expressa as disponibilidades em recursos humanos tem de possuir saldo nulo, sendo necessário proceder a lançamentos de actualização para que tal aconteça, na maioria das circunstâncias. Esse lançamento traduz o desperdício de não utilização de um recurso altamente precioso com o efeito tempo (27).

2.2.4.8. Como se Saldam as Contas de Fluxos ?

No fim de um exercício, o saldo de todas as contas de fluxos respeitantes à actividade de cada C.R. é agregado na conta de resultados, da mesma forma que o saldo das contas de custos e proveitos são transferidos para a mesma conta de resultados, em termos da metodologia contabilística tradicional.

Como se salda a conta de resultados, entendida como a expressão da

atividade de gestão da globalidade dos fluxos de recursos da organização ?

A conta de resultados salda-se em contrapartida de uma conta de patrimônio, que se poderá designar como de resultados transitados, seguindo a terminologia do esquema contabilístico comumente aceite. Contudo, um problema se coloca: as contas de patrimônio somente admitem uma unidade de mensuração, a sua U.P.; logo, o valor a transferir da conta de fluxos "Resultados", para a conta de patrimônio "Resultados Transitados", terá de ser expresso na U.P. desta última conta.

Por outras palavras, o lançamento de transferência para resultados transitados patenteará, não os resultados reais do exercício findo, expressos nas suas unidades naturais, mas um dos elementos do vector de resultados, componente da matriz de resultados atrás definida. Esse valor será a resultante do nível de resultados reais, expresso pelo saldo da conta de fluxos correspondente, mas também dos parâmetros subjacentes aos critérios escolhidos, função dos objectivos, ambiente e clima organizacional.

2.2.5. Algumas Questões Levantadas pela Metodologia

Após descrever, analisar e interpretar a adequação da técnica das "partidas dobradas" à metodologia, importa salientar os problemas concretos que se levantam à sua cabal implantação. Além dos constrangimentos associados à mudança e à novidade, derivados do comportamento psico-sociológico dos indivíduos no seio das organizações, verifica-se a existência de duas questões de alguma dificuldade de superação imediata e automática:

- a) a definição dos recursos disponíveis na organização.
- b) a delimitação do carácter monetário (ou não monetário) dos diversos recursos.

2.2.5.1. Definição dos Recursos Organizacionais

Sem referir a problemática dos recursos sem existência material (por exemplo, a informação), já explanada no ponto 2.2.4.6., à inventariação dos recursos organizacionais, para efeito da definição das contas de património, depara-se uma dificuldade prática aparentemente inultrapassável.

Suponhamos uma empresa que comercializa alguns milhares de artigos, o que é perfeitamente normal em vários sectores de actividade, tendo em conta a diversidade de gamas de produtos, a extensão das linhas em cada gama e a profundidade de cada linha. Como cada artigo existente para comercialização se traduz numa conta de património, com determinada U.P., é necessário criar milhares dessas contas, somente para os produtos acabados. Se se pensar na diversidade das existências e do imobilizado afectos a uma organização, depreende-se facilmente que o número de contas de património exigido seria de várias dezenas de milhares de contas, numa estrutura de dimensão média.

Apresentam-se duas formas de superação do presente constrangimento:

- a) definição de unidades equivalentes alternativas aos recursos reais.
- b) assumpção de um novo conceito de "conta", no âmbito da construção de uma Base de Dados relacional.

2.2.5.1.1. Definição de Unidades Equivalentes Alternativas aos Recursos Reais

Se o número de recursos utilizados ou gerados pela organização é muito elevado, não podendo, pelas características e pelos meios disponíveis para o subsistema contabilístico, existir uma equivalência entre cada recurso e uma conta específica de património, então é necessário que essas contas sejam definidas em função de unidades equivalentes aos recursos reais, em número consentâneo com as limitações

existentes. Cada unidade equivalente é definida como um recurso fictício, mas que possui as características médias dos recursos reais similares que substitui. Exemplificando, se a organização produz n_1 unidades do produto A, n_2 do B e n_3 do C e definindo-se para estes três produtos, com base em parâmetros físicos, técnicos e económicos, a relação infracitada para com a unidade equivalente U, a conta de património desse recurso equivalente será debitada em :

$$A K_a + B K_b + C K_c$$

Quant. de Recursos Reais	Coefficientes de Conversão para a Unidade Equivalente
A	K_a
B	K_b
C	K_c

+

com $K_a, K_b, K_c \in R$.

Os coeficientes de conversão são o método de transformação de recursos reais em unidades equivalentes, que por sua vez determinam a definição das contas do património.

No exemplo descrito no ponto 2.2.3., p_3 unidades de património de produtos acabados, na circunstância caixas, são debitadas à conta que expressa o nível de recursos em produtos acabados disponíveis. Ora, se a organização fabrica mais do que um único tipo de produto, essas p_3 caixas representam a quantidade de unidades equivalentes aos recursos reais, geradas pela função produção. De facto, a actividade produtiva fabricou, por hipótese, n tipos diferentes de produtos similares, cada qual em quantidades dispare (q_i). Para que a resultante dessa acção organizacional sejam p_3 caixas de produtos acabados, é necessário que estejam previamente definidas relações de conversão (k_i), entre recursos

reais e unidades equivalentes, que respeitem a seguinte equação:

$$\sum_{i=1}^n q_i * K_i = p_3$$

com n -> número de tipos de produtos similares

q_i -> quantidades produzidas do tipo i

K_i -> coeficiente de conversão do produto do tipo i para a

unidade equivalente

p_3 -> quantidade de unidades equivalentes produzidas

A definição de unidades equivalentes é uma forma de superação das limitações práticas, derivadas da impossibilidade de o número de contas de património ser igual ao número de recursos reais. Todavia, este método de contornar o problema citado acarreta uma consequência negativa em termos da definição de uma Base de Dados da organização contendo toda a informação dos factos patrimoniais reais. Se a presente metodologia se caracteriza pela preservação desses factos patrimoniais reais, esta adaptação, recorrendo a unidades equivalentes, desvirtua a própria essência do método. Por estes motivos, a solução descrita neste ponto, sendo possível e exequível, não é totalmente satisfatória.

2.2.5.1.2. Um Novo Conceito de Conta

"Esta conta é creditada (...) por débito da 684 (...)" - citação do Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-lei nº 47/77 de 7 de Fevereiro.

No conceito tradicional e vigente de conta, esta é debitada ou creditada por um determinado valor, ou seja, um certo montante é incluído, a débito ou a crédito, numa das contas. Por outras palavras, verifica-se uma relação de dependência e hierarquia entre a conta, como conjunto "que contém", e os valores, como elementos "contidos".

Assim,

Valores \in Conta

na acepção de que os valores são elementos; caso se considerem um subconjunto, tem-se:

Valores \subset Conta

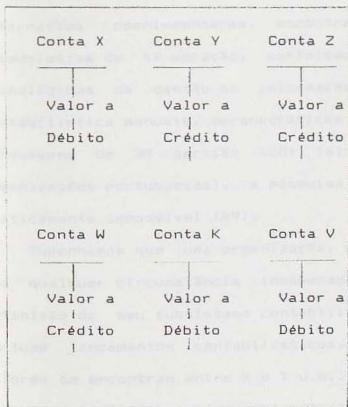
Independentemente de se considerarem os valores como elementos ou sub-conjuntos, uma consequência desta concepção de existência de uma relação de subordinação da informação referente ao valor face às diversas contas, consiste na necessidade de o número de contas ser pré-definido e, obviamente, limitado. Na gíria contabilística, a operação de definição e inicialização das diversas contas designa-se por "abertura das contas". Ora "abrir" uma conta traduz-se na criação de um espaço (uma folha de Razão, uma ficha mecanográfica de contabilidade ou um registo em suporte magnético) o qual será progressivamente ocupado com informação, basicamente de valores, mas complementada com dados relativos a datas de lançamento, descrição, contrapartidas, número de registo, etc.. O conceito de contas como endereços abertos, os quais incluem campos para as referidas informações, limita o próprio número de contas, já que cada uma exige espaço, e esse espaço global disponível, em suporte de papel, cartão perfurado, magnético ou qualquer outro, é, como todas as realidades físicas, limitado, por motivos económicos, mas também por razões de operacionalidade. Se o número de contas é limitado, então como adequar esse facto à necessidade atrás demonstrada de corresponder a cada tipo de recurso específico uma determinada conta de património, além de a cada actividade passível de avaliação e controlo do desempenho se associar uma conta de fluxos?

Somente um conceito diferente de conta e da relação que estabelece com os outros componentes do subsistema contabilístico permitirá responder positivamente ao repto subjacente à questão citada.

Este novo conceito baseia-se na anulação da relação de dependência e inclusão existente entre os valores e outras informações adicionais relativamente às contas, isto é, considerando-se que cada lançamento é,

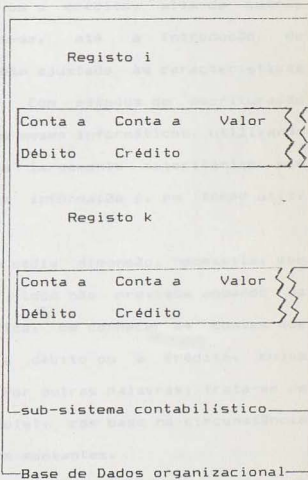
antes de mais, um conjunto de informação que se completa entre si, interdependente porque não estabelecendo relações de subordinação, formando um todo que descreve um facto patrimonial real. Não mais existe uma contabilidade formada por "contas abertas", que contém valores e outros dados, mas sim um subsistema contabilístico alicerçado em registos de factos patrimoniais, cada qual contendo informação diversa, num mesmo nível de relação de interdependência e complementaridade.

Visão tradicional
das contas



Contabilidade

Visão das contas como
informação do sub-sistema
contabilístico



Poder-se-á argumentar que tal alteração conceptual não implicará consequências práticas na superação do problema de ajustamento do número de contas ao número de recursos e actividades. Tal não é, contudo, correcto.

De facto, se as contas não são mais do que uma dupla informação que identifica o recurso que sofreu uma movimentação (conta de património) e qual o Centro de Responsabilidade que gere esse fluxo de recursos (conta de fluxos), não é necessário definir previamente as alternativas que essa informação pode assumir, da mesma forma que não se estabelecem endereços para cada uma das opções possíveis do campo valor.

O número de contas deixa de constituir, assim, um constrangimento, passando os lançamentos a registos de informação, os quais poderão ser, em qualquer momento, pesquisados, por um ou vários campos-chave, definidos quando dessa mesma pesquisa.

O conceito tradicional da contabilidade, constituída por contas, às quais eram afectos valores, a débito ou a crédito, além de outras informações complementares, encontrava-se, até à introdução de metodologias de 4ª geração, perfeitamente ajustado às características tecnológicas da gestão da informação. Com métodos de escrituração contabilística manuais, mecanográficos ou mesmo informáticos, utilizando linguagens de 3ª geração (28) (ainda largamente maioritárias nas organizações portuguesas), a pesquisa da informação é, em tempo útil, praticamente impossível (29).

Suponhamos que uma organização, de média dimensão, necessita, por uma qualquer circunstância inesperada, logo não prevista aquando da definição do seu subsistema contabilístico, de conhecer as contas que incluam lançamentos contabilísticos, a débito ou a crédito, cujos valores se encontram entre X e Y u.m.. Por outras palavras, trata-se de pesquisar o(s) ficheiro(s) contabilístico(s), com base na circunstância do campo-chave valor assumir determinados montantes.

Se a contabilidade fosse totalmente manual, alicerçada nos diversos livros de razão auxiliar, a única solução possível consistia na consulta, folha a folha e livro a livro, de toda a informação, elaborando-se um inventário das situações que se enquadrassem no

critério atrás definido.

Num sistema mecanográfico ou informático, baseado nas metodologias tradicionais anteriores à aludida 4ª geração, a forma de responder positivamente à inesperada necessidade era similar à encontrada num sistema manual. A única diferença consistia no facto de nos sistemas automatizados referidos a pesquisa manual ser efectuada com base em longas listagens processadas por computador e não nas folhas dos livros de razão auxiliar. Mas a essência da pesquisa mantém-se inalterada: manual, morosa e impraticável em tempo útil.

Como conclusão do exemplo enunciado, a tecnologia tradicional (30) não permitia a pesquisa pontual, em tempo real, da informação, guardada em suportes de papel, cartão ou magnéticos.

Contudo, uma necessidade da contabilidade consistia, quer no passado, quer no presente, na determinação dos valores associados, a débito ou a crédito, nas diversas contas, nomeadamente para efeitos de determinação de resultados. Se uma pesquisa com o campo-chave valor, como a atrás enunciada, é uma possibilidade, pontual e hipotética, a pesquisa orientada pelo campo conta é uma necessidade permanente e real. Ora se as citadas tecnologias tradicionais não permitiam pesquisas pontuais e se a informação contabilística implicava, forçosamente, a determinação de valores por contas, então a solução somente poderia ser uma:

A contabilidade seria organizada por contas, às quais seriam afectos os valores e as demais informações.

A estruturação contabilística, pela sua forma de organização por contas, fornece-nos imediatamente (no caso da generalidade dos sistemas automatizados tradicionais) ou necessitando do cálculo de apenas algumas operações elementares (no caso de métodos manuais), a sua única pesquisa possível, mas simultaneamente a mais necessária: os valores, a débito e a crédito, por cada conta.

No presente, estão disponíveis, como consequência da revolução tecnológica ao nível da informação, que ocorre nos tempos actuais, equipamentos que suportam a utilização de metodologias inovadoras, que permitem, nomeadamente, que a referida pesquisa em tempo útil seja possível (31). Tendo em consideração as novas possibilidades tecnológicas, o conceito tradicional de uma contabilidade alicerçada em contas, admissível e justificável pelos constrangimentos técnicos existentes, está ultrapassado e desajustado, pois é um entrave à consideração de cada registo contabilístico como um conjunto de informação formando um todo interdependente, porque traduzindo uma realidade de um facto patrimonial e sendo parte integrante do subsistema de contabilidade, que por sua vez se insere no sistema de informação organizacional.

A contabilidade como conjunto de contas constitui um conceito tecnologicamente obsoleto; a contabilidade como um subsistema de informação passível de pesquisa no âmbito de uma Base de Dados relacional é uma realidade tecnicamente possível.

Em conclusão deste ponto, uma forma de superação da incompatibilidade evidenciada pela necessidade de definição de contas de Património por cada recurso e de contas de fluxos por cada actividade passível de avaliação e controlo, consiste na transformação do conceito de conta, de um endereço pré-definido, para um campo de informação, que tal como o campo valor, contribui, com igual grau de imprescindibilidade, para definir correctamente o facto patrimonial associado ao registo contabilístico. Esse campo "conta" expressa o recurso movimentado pelo facto patrimonial, no caso de contas de Património, ou o Centro de Responsabilidade que gere tal transacção, para as contas de fluxos.

2.2.5.2. Delimitação do Carácter Monetário (ou Não Monetário) dos Diversos Recursos

"Defino bem não monetário todo o património da empresa cuja unidade natural de expressão difere da unidade monetária" - citação do preâmbulo do ponto 2..

Se para alguns bens a sua natureza monetária é inquestionável, para outros essa distinção levanta algumas dúvidas. Encontram-se no primeiro caso as disponibilidades em moeda nacional, enquanto que valores patrimoniais como as dívidas de clientes assumem um carácter menos nitido.

São as seguintes algumas das situações de maior indefinição quanto à classificação da natureza monetária de um bem:

2.2.5.2.1. Recursos Positivos ou Negativos Expressos em Divisas Estrangeiras

Os recursos em moedas estrangeiras são, basicamente, as disponibilidades da organização expressas em divisas (recursos positivos) e os empréstimos concedidos por terceiros nessas mesmas moedas (recursos negativos).

Os activos monetários em moedas estrangeiras não são bens monetários, já que a unidade monetária utilizada comumente pela organização difere da unidade de expressão desses activos. De facto, a natureza monetária de um bem varia geograficamente, acompanhando os limites de validade da unidade padrão definida para as diversas transacções.

Desta forma, as disponibilidades expressas em cada divisa deverão ser consideradas como um recurso específico, associado a uma determinada unidade de património. Raciocínio similar se verifica para os empréstimos obtidos em divisas, ou generalizando, para qualquer recurso, positivo ou negativo, cuja unidade natural de expressão seja uma moeda estrangeira.

2.2.5.2.2. Recursos Sobre Terceiros

Este tipo de contas assumem as características de transição entre os recursos monetários e os não monetários, já que, em termos de valor facial, a sua unidade de expressão assume-se como monetária, embora, em termos reais, nem sempre esses recursos se transformem em u.m., pelo seu valor facial.

Assim, se as disponibilidades em moeda nacional são contas monetárias, já que expressas na única unidade com força liberatória geral, na economia em que se insere a organização, as contas de terceiros, em geral, assumem-se como valores equivalentes a u.m.. Importa analisar o grau da referida equivalência, para os casos específicos de contas de terceiros.

2.2.5.2.2.1. Recursos "Normais" Sobre Terceiros

Estão incluídos na presente designação as contas de terceiros, geradas pela actividade normal da empresa, nomeadamente clientes e fornecedores, as quais são previsivelmente transformadas a prazo em meios líquidos ou exigíveis.

Como se trata de contas com um elevado grau de equivalência entre os seus valores faciais monetários e as unidades monetárias reais em que se converterão a prazo, podem ser consideradas, sem grande imprecisão, como recursos monetários.

2.2.5.2.2.2. Recursos "Especiais" Sobre Terceiros

Defino um recurso "especial" sobre terceiros como todo aquele que possui um valor facial que não se transforma, previsivelmente, a prazo e numa proporção significativa, em unidades monetárias. Por outras palavras, trata-se de contas em que o coeficiente de equivalência entre o seu valor facial e a u.m. é baixo.

O que se entende por um coeficiente baixo?

A resposta à questão supra não é absoluta. Teoricamente, sempre que o factor de conversão do valor facial de um recurso para a unidade monetária seja diferente do valor 1, esse recurso não deve ser considerado como monetário. Em consequência, os bens monetários definir-se-iam como aqueles cujo factor de conversão para a u.m. é igual a 1. Todavia, para não restringir exageradamente o âmbito dos bens monetários e não aumentar o número de unidades de património, a organização deverá decidir o limite de admissibilidade do carácter monetário dos bens, ou seja, qual o valor do coeficiente de conversão citado que estabelece a fronteira de tal classificação.

As contas "especiais" sobre terceiros não estão associadas a actividades extraordinárias da empresa, com carácter não corrente, face aos objectivos e finalidades da mesma. As referidas contas somente expressam situações que, estando integradas e sendo consequência da actividade corrente da empresa, não são estatisticamente normais, isto é, afastam-se do padrão médio. Concretizando, o "cliente normal" (no sentido de respeitando a norma) liquida os seus débitos à organização. À excepção, o desvio para a média, consiste na consideração que o valor facial de certas dívidas não se converterá em unidades monetárias. Se a referida norma se perverter, ou seja, se as situações normais, em termos estatísticos, deixarem de o ser, a organização, obviamente, não sobreviverá.

Tendo em conta o exposto, as contas específicas de clientes cuja cobrabilidade é duvidosa são um exemplo deste tipo de contas especiais sobre terceiros, ou seja, cujo seu valor facial não é equivalente, num grau minimamente desejável, à unidade monetária. Cada conta específica deste tipo deverá ser considerada como uma conta de património, com uma dada unidade de património associada. No caso de uma conta especial sobre terceiros que se refere a um débito específico de cobrança duvidosa, a unidade de património a considerar consiste na "u.m. de

divida da entidade X". Vejamos quais os registos no subsistema contabilistico e a sua interpretação, associados à consideração como de cobrança duvidosa, de um débito, sobre o cliente X, com valor facial de d1 u.m., e a sua cobrança posterior por d2 u.m.:

a)

Cientes (U.P.=u.m.) Cliente X (U.P.=u.m. de divida de X)

Contas de		Contas de	
Património	d1	d1	

Actividade de Gestão de Cobranças

Contas de		Contas de	
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.
	u.m.	d1	u.m. divida de X
			Valor
			d1

b)

Disponibilid. (UP=u.m.) Cliente X (U.P.=u.m. de divida de X)

Contas de		Contas de	
Património	d2	d1	

Actividade de Gestão de Cobranças

Contas de		Contas de	
Fluxos	U.P.	Valor	U.P.
	u.m. divida de X	d1	u.m.
			Valor
			d2

A actividade de gestão de cobranças é responsável pela transferência associada aos primeiros lançamentos, isto é, a diminuição dos recursos monetários da organização em d1 u.m., tendo como contrapartida um aumento de recursos "especiais" sobre terceiros, na mesma quantidade, mas em diferente unidade de património. A mesma

actividade é responsabilizada pela geração de d2 u.m., consumindo d1 u.m. de dívida de X, conforme expresso nos segundos lançamentos.

2.2.5.2.3. Existências e Imobilizações Não Financeiras

Estas contas associam-se, nitidamente, a bens não monetários, pois a sua unidade natural de expressão difere da u.m.. Todavia, recursos insignificantes, em termos de quantidades, valores e importância para as actividades da organização poderão ser agrupados em contas de "diversos", no âmbito de cada grupo de recursos (ex.: existências diversas, imobilizado corpóreo diverso, etc.), sendo a unidade de património a u.m.. Trata-se de uma situação que contraria a essência não destrutiva da presente metodologia, mas que, a bem da simplificação, poderá ser considerada, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:

a) as contas de "diversos" terão de representar uma parcela ínfima, em quantidade, custo e importância organizacional, relativamente a cada grupo de contas.

b) o agrupamento de recursos numa única conta de património, cuja métrica é a u.m., não poderá desvirtuar significativamente a realidade dos factos patrimoniais, nem a determinação dos resultados associados.

2.2.5.2.4. Títulos em Carteira

Independentemente dos objectivos organizacionais inerentes a uma maior ou menor permanência dos títulos em carteira, que determinam a sua consideração como uma disponibilidade ou uma imobilização, este recurso assume características de bem não monetário, pois o coeficiente de conversão do seu valor facial para a u.m. poderá ser diferente de 1. Assim, para uma correcta avaliação do desempenho da área organizacional que gere o fluxo de títulos, é fundamental a consideração de cada tipo específico de título, como um dado recurso não monetário.

2.2.5.2.5. Situação Líquida

Os capitais próprios poderão decompor-se, para este efeito, em três grupos:

- a) Capital Social
- b) Resultados do exercício
- c) Resultados de exercícios anteriores

2.2.5.2.5.1. Capital Social

Os títulos representativos do capital da organização são expressos em u.m., sendo essa a unidade de património dessa conta.

2.2.5.2.5.2. Resultados do Exercício

Os resultados reais apurados no exercício são apresentados em diversas métricas. Através da matriz de resultados, é possível determinar, para cada vector-linha de parâmetros, um certo valor de resultados. Assim, utilizando uma combinação específica desses parâmetros, a empresa determina os seus resultados, para efeitos de apresentação exterior. Se bem que a conta de resultados seja o Centro de Responsabilidade da organização, logo expressando a gestão de todo o tipo de recursos, nas mais diversas Unidades de Património, é possível à empresa apresentar o seu resultado, ou talvez melhor, um dos seus resultados, utilizando a u.m. e possibilitando comparações inter-sectoriais.

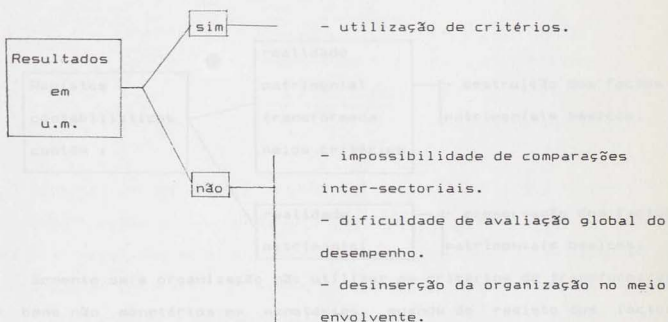
2.2.5.2.5.3. Resultados de Exercícios Anteriores

As contas de reservas e resultados transitados reflectem a actividade da organização em exercícios anteriores, sendo a sua Unidade de Património igual à métrica utilizada para a publicitação exterior dos resultados de um exercício: a u.m..

2.3. Conclusões Relativas ao Meio de Superação da Insuficiência Manifestada pela Contabilidade Tradicional na Transformação dos Bens Não Monetários em Monetários

2.3.1. Conclusão Básica: Adopção de uma Metodologia Não Destrutiva

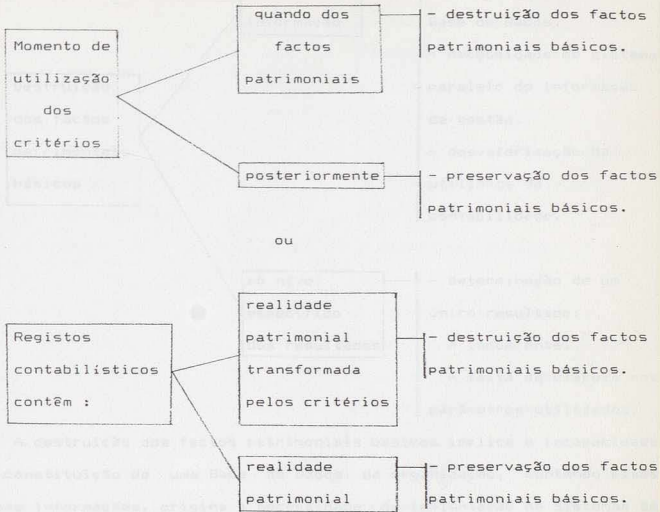
Para que o subsistema contabilístico possa fornecer um único valor, numa única métrica, que sintetize todo um desempenho da organização, durante determinado período de tempo, é forçoso que utilize critérios de conversão dos bens não monetários em monetários



Se não utilizar os aludidos critérios, então a contabilidade não poderá fornecer um resultado que facilmente permite comparações inter-sectoriais, que possibilita uma avaliação global do desempenho, indispensável para efeitos de gestão, mas também por motivos fiscais, e que, em suma, considera a actividade da empresa no âmbito do sistema económico global.

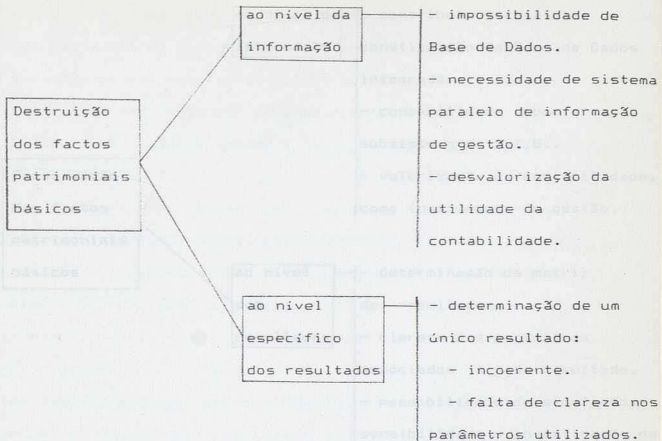
Logo, a utilização de critérios é uma necessidade.

Todavia, o uso desses critérios no momento em que ocorrem os factos patrimoniais, isto é, a substituição nos registos contabilísticos dessa realidade pelo transformado dos critérios, não é uma necessidade, sendo antes um erro na gestão da informação.



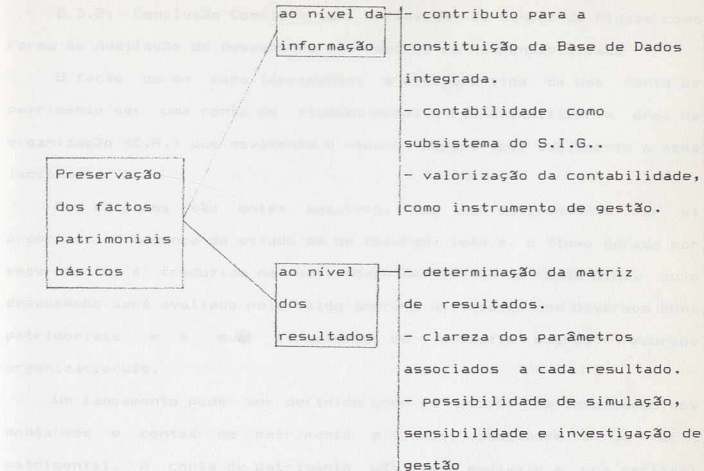
Somente se a organização não utilizar os critérios de transformação de bens não monetários em monetários, quando do registo dos factos patrimoniais, poderá preservar esses mesmos factos básicos.

Se os registos contabilísticos contêm o transformado da realidade, pelos citados critérios, e não a essência da própria realidade, então a informação básica foi irremediavelmente destruída pela metodologia contabilística.



A destruição dos factos patrimoniais básicos implica a incapacidade de constituição de uma Base de Dados da organização, contendo essas mesmas informações, origina a necessidade de implantação de Sistemas de Informação de Gestão (S.I.G.) paralelos à contabilidade, com prejuízo ao nível de custos, de duplicação de informação e tornando a contabilidade uma mera técnica de registo de situações, sem aderência real e sem utilidade de gestão.

Ao nível dos resultados, essa destruição da realidade implica a determinação de um só valor como expressando o desempenho da organização, em muitos casos incoerente, porque resultante da adopção de critérios com condições de validade contraditórias, e manifestando falta de clareza, já que não se apresentam associados os diversos parâmetros subjacentes à determinação desse valor.



A preservação dos factos patrimoniais contribui para a constituição da Base de Dados integrada da organização, em que a informação contabilística se insere num subsistema do S.I.G., traduzindo-se numa valorização da contabilidade, que se assume como um instrumento de gestão. Ao nível dos resultados, essa mesma preservação da realidade permitirá determinar uma matriz de resultados, onde a cada vector-linha de parâmetros corresponde um elemento do vector-coluna dos resultados, possibilitando o uso de técnicas de simulação, análise de sensibilidade e investigação sobre os dados patrimoniais reais e suas consequências nos resultados.

2.3.2. Conclusão Complementar: Definição de Contas de Fluxos como Forma de Avaliação do Desempenho dos Centros de Responsabilidade

O facto de em cada lançamento, a contrapartida de uma conta de património ser uma conta de fluxos, permite responsabilizar a área da organização (C.R.) que movimenta o recurso específico, subjacente a esse lançamento.

Os recursos são entes passivos, não se movimentando por si próprios. A mudança de estado de um recurso, isto é, o fluxo gerado por esse facto, é traduzido na actividade de gestão de dado C.R., cujo desempenho será avaliado pelo saldo entre a utilização dos diversos bens patrimoniais e a sua capacidade de produzir outros recursos organizacionais.

Um lançamento pode ser definido como um registo de informação dos montantes e contas de património e fluxos associados a um facto patrimonial. A conta de património utilizada equivale a uma variável primal de um modelo de programação linear; a de fluxos corresponde ao preço sombra atribuído ao sector responsável pelo movimento desse recurso, isto é, a uma variável dual.

3. O Factor Tempo

A diferença básica entre o cálculo matemático e o cálculo financeiro reside na introdução por este último de um factor de basilar importância: a consideração da variável temporal. Se matematicamente x u.m. adicionadas a y u.m. resultam em $x+y$ u.m., em termos financeiros tal só será verdadeiro se se verificar pelo menos uma das duas condições seguintes:

- a) os capitais x e y são vencíveis em data coincidente.
- b) a taxa de capitalização a utilizar nesta operação é nula.

A metodologia contabilística tradicional opera com capitais cujas datas de vencimento são temporalmente diferentes, logo não se verifica a primeira condição atrás expressa. Assim, tendo em conta as definições enunciadas, as operações contabilísticas tradicionais somente serão financeiramente correctas se a taxa de capitalização a utilizar for zero. Ora essa taxa é função de diversas variáveis, expressando a relação de indiferença financeira da organização. Num contexto inflacionista, é evidente que a taxa de capitalização a considerar é positiva, já que o poder de compra real da moeda diminui. A taxa de capitalização para a organização não é equivalente à taxa de inflação, mas existe uma relação directa entre as duas realidades (32).

3.1. Factor Tempo e Conjuntura Inflacionista

Num ambiente de subida generalizada do nível de preços, a não consideração do factor tempo pela contabilidade colide abertamente com a necessidade desta técnica se adequar à realidade. Neste contexto, se insere o texto infracitado, da autoria de S. Davidson, C. P. Stickney e R. L. Weil:

"A mais persistente e significativa crítica à contabilidade nos anos recentes consiste em ignorar os factos económicos da vida".

Compreende-se que as preocupações relativamente à questão do

desajustamento da contabilidade ao factor tempo sejam mais evidentes em locais e momentos de elevada inflação, como a América Latina, no presente, a Europa, nos anos setenta, ou recuando mais no tempo, a hiper-inflação de 1923 na Alemanha (33). Importa, contudo, analisar se esse problema é inexistente num contexto de relativamente pequeno crescimento dos preços, como o actual, na maioria dos países do espaço económico da Europa comunitária. Por outras palavras, o desajustamento da contabilidade, por via da não consideração do factor tempo é exclusivo do contexto ambiental inflacionista, ou verifica-se independentemente desse facto?

A resposta a esta questão é dupla, tal como a natureza da gestão.

Encarando-se a gestão como uma técnica pragmática visando a optimização dos recursos disponíveis na organização, a contabilidade, como instrumento utilitário de gestão, não deverá preocupar-se com o factor tempo, se tal circunstância não introduzir alterações suficientemente importantes nos resultados e demais informação, que compensem o custo da sofisticação do modelo contabilístico. A gestão, como actividade pragmática, não busca a "verdade científica", mas sim as "verdades necessárias" para os seus objectivos de optimização de recursos concretos.

Numa perspectiva de gestão como ciência, cujo objecto consiste na análise das inter-relações existentes no ente económico empresa, a contabilidade deve retratar os resultados reais da organização, tendo em conta todos os factores, incluindo a variável tempo, que maximizem a fiabilidade dos resultados que apura. Mesmo que o nível geral de preços se mantenha, o valor de um capital, em dado momento, é diferente do valor desse capital um periodo de tempo posterior, pois a essência da capitalização não reside na variação dos preços, mas na remuneração do factor Capital. O fenómeno inflacionista somente aumenta o valor nominal dessa remuneração, não sendo a sua causa.

Como todas as ciências, a busca do conhecimento não está sujeita a padrões de rendibilidade. Mesmo que as consequências nos resultados sejam limitadas, estas deverão ser consideradas, em nome da verdade científica.

Do exposto concluo que, encarando-se a gestão como ciência, a problemática da não consideração do factor tempo pela contabilidade é um problema presente, mesmo num contexto de relativa estabilidade de preços.

3.2. O Factor Tempo e a Contabilidade

A metodologia contabilística tradicional não considera, como variável financeira, o factor tempo. Ora, se as circunstâncias ambientais tornam esse factor relevante, à técnica contabilística depara-se somente uma alternativa:

a) consideração do factor tempo como elemento básico da informação respeitante aos factos patrimoniais, através da introdução de um campo de "data" nos registos do subsistema contabilístico, o qual é da mesma forma essencial para a correcta caracterização de cada facto patrimonial como a codificação das contas ou os valores.

b) proceder a ajustamentos, pontuais ou cíclicos, nos seus registos tradicionais.

Importa referir que a última via possível (dos ajustamentos, mesmo que cíclicos) é uma solução que visa minorar a inadequação real ao aludido factor tempo, sem introduzir essa circunstância nas variáveis que compõem e caracterizam os factos patrimoniais retratados pela contabilidade. Por esta solução, não se trata de alterar a estrutura da metodologia contabilística tradicional, que continua a caracterizar-se pela destruição dos factos patrimoniais reais, introduzindo somente ajustamentos. Por outras palavras, enquanto que a primeira via referida introduz e considera a variável tempo no seu modelo, a segunda ajusta a

contabilidade ao factor tempo, sem contudo o considerar como uma variável essencial.

O ponto 3.3. versará sobre as formas de ajustamento teórico da contabilidade tradicional ao factor tempo, enquanto que o ponto 3.4. se debruçará sobre o método de consideração pela contabilidade do citado factor, como um dos elementos necessários, embora não suficiente, para a cabal caracterização dos factos patrimoniais, no âmbito de uma metodologia não destrutiva.

3.3. O Factor Tempo e a Metodologia Contabilística Tradicional

As formas encontradas pela metodologia contabilística tradicional para se ajustar ao facto de que o valor de uma u.m. diferir no tempo são variadas, podendo, contudo, caracterizarem-se em grandes grupos, face às respostas às três questões básicas seguintes:

- a) os ajustamentos são efectuados pontual ou ciclicamente ?
- b) a unidade monetária de contabilização é nominal ou real ?
- c) os valores de avaliação são históricos ou actuais?

Da combinação das três questões, de resposta alternativa, surgem oito hipóteses possíveis:

- ajustamentos pontuais utilizando u.m. nominais e valores de avaliação históricos.
- ajustamentos pontuais utilizando u.m. nominais e valores de avaliação actuais.
- ajustamentos pontuais utilizando u.m. reais e valores de avaliação históricos.
- ajustamentos pontuais utilizando u.m. reais e valores de avaliação actuais.
- ajustamentos ciclicos utilizando u.m. nominais e valores de avaliação históricos.
- ajustamentos ciclicos utilizando u.m. nominais e valores de

avaliação actuais.

- ajustamentos cíclicos utilizando u.m. reais e valores de avaliação históricos.

- ajustamentos cíclicos utilizando u.m. reais e valores de avaliação actuais.

3.3.1. A Circunstância do Ajustamento

Como se verifica, o grupo das quatro primeiras hipóteses citadas coincide com o das quatro últimas, exceptuando a distinção da circunstância em que ocorre o ajustamento: um dado momento específico, não integrado em qualquer ciclo pré-definido ou uma etapa de um processo assumido de ajustamento da contabilidade ao factor tempo.

Em termos teóricos, os métodos baseados em ajustamentos pontuais desvirtuam mais a consistência da informação contabilística, nomeadamente em comparações entre diversos exercicios, que os seus homónimos alicerçados em processos cíclicos de ajustamento. Direi mesmo que os ajustamentos pontuais atentam o princípio da especialização dos exercicios, pois alteram o património, consequentemente a estrutura de custos, num dado momento, embora a realidade subjacente a esses ajustamentos não respeite somente o exercicio em curso.

Se bem que o ajustamento pontual seja pior solução teórica, é, em certas circunstâncias, a melhor resposta prática, na perspectiva expressa no ponto 3.1. da contabilidade e da gestão em geral como técnicas pragmáticas. De facto, se os niveis de inflação são bastante baixos, como no caso presente de países europeus (R.F.Alemã, Benelux e outros), o desajustamento pela não consideração do factor tempo é desprezável. Os ónus de complexidade, traduzidos em custos, pela criação e manutenção de um processo continuado de ajustamento contabilístico ao factor tempo não compensam os proveitos, ao nível de rigor da informação, associados a tal processo. Nestas circunstâncias,

é pragmaticamente preferível optar pela solução dos ajustamentos pontuais, no momento em que o valor acumulado da inexactidão derivada desta causa se torne não negligenciável.

Em termos da primeira questão alternativa referida, pode-se concluir que o processo cíclico é, teoricamente, o mais correcto, mas que em circunstâncias específicas os ajustamentos pontuais são pragmaticamente preferíveis.

3.3.2. O Conteúdo do Ajustamento

Se a primeira alternativa supracitada se refere à circunstância em que se efectua o ajustamento da contabilidade ao factor tempo, as duas restantes respeitam ao próprio conteúdo desse ajustamento, gerando quatro hipóteses. Cada uma dessas soluções consiste num método teórico possível de ajustamento.

3.3.2.1. Métodos Teóricos "Versus" Métodos Práticos

Grelha de Métodos Teóricos (34)

Valor Base da Unidade Avaliaçã Monetária de Contabilizaçã	Custos Históricos	Valores Actuais
Unidades nominais (a valores correntes)	Método Convencional	Método de Avaliaçã (ou CCA)
Unidades reais (a valores constantes)	Método de Conversã (ou CPP)	Método Misto

Designei estes métodos como teóricos, em alternativa às soluções concretas que instituições estatais ou profissionais delinearam e

decretaram ou aconselharam, em diversos países, dos quais parece-me correcto realçar o Reino Unido. Estes métodos, que apelidarei de práticos, sujeitam as suas premissas a diversos prismas, como seja da justiça tributária inter-sectorial, desvirtuando a pureza conceptual das soluções teóricas em que se alicerçam. Alguns autores, como Daniel Bousard e Geoffrey Whittington, designam os métodos teóricos como "puros", em contraposição às soluções preconizadas e adoptadas nos diversos países.

3.3.3. Caracterização e Aplicações dos Métodos Teóricos

Irei seguidamente caracterizar os quatro métodos teóricos de ajustamento ao factor tempo, aplicando-os a um caso comum (exemplo C).

3.3.3.1. Exemplo C

a) Balanço inicial em 1/1/n, dia de início da actividade da empresa C, a unidades nominais e históricas:

Activo		Passivo	
Disponibilidades	4000	Exigível a M/L Prazo	22000
Existências	8000		-----
Imobilizado Corpóreo	14000	Total Passivo	22000
Imobilizado Financeiro	1000	Situação Líquida	
		Capital Social	5000

		Total S.L.	5000
	-----		-----
Total Activo	27000	Total Passivo+S.L.	27000

Por simplificação, considera-se que as datas de constituição da

sociedade, de compra dos seus elementos activos não monetários e de comprometimento dos seus passivos, expressos no Balanço, são coincidentes com o início de actividade.

b) fluxos:

b1) vendas de existências: 4000 u.m./mês, excepto no mês de Agosto que descem para 3000 u.m..

b2) compras de existências: 3000 u.m./mês.

b3) outros custos (excluindo amortizações) : 600 u.m./mês

b4) as vendas, compras e os outros custos têm uma distribuição mensalmente constante.

b5) Prazo médio de pagamento das compras: 30 dias.

b6) Prazo médio de recebimento das vendas: 60 dias.

b7) nos outros custos, a despesa coincide temporalmente com o pagamento.

b8) taxa de amortização do imobilizado corpóreo: 20 % ao ano.

b9) a quantidade de existências em armazém em 1/1/n coincide com a verificada em 31/12/n.

c) informações diversas:

c1) valor do índice de correção monetária em 31/12/n : 108 (1/1/n:100).

c2) valor de mercado das imobilizações financeiras em 31/12/n: 1100 u.m..

c3) valor de mercado das imobilizações financeiras em 1/1/n: 1000 u.m..

c4) custo de reposição das existências em armazém em 31/12/n : 8500 u.m..

c5) custo de reposição do imobilizado corpóreo bruto em 31/12/n : 10000 u.m..

c6) custo de reposição das existências consumidas ou vendidas : 36200 u.m..

3.3.3.2. Método Teórico 1: Convencional

3.3.3.2.1. Pressupostos

Este método caracteriza-se pelo cumprimento das premissas contabilísticas tradicionais, isto é, o custeio a preços históricos e a utilização de unidades monetárias de contabilização nominais.

A forma como este método se ajusta ao factor tempo, consiste na aplicação de coeficientes aos valores históricos de certas rubricas do Activo, ou da Situação Líquida, para que os seus valores expressem mais fielmente a realidade patrimonial que pretendem descrever. Como nem todas as contas não monetárias são ajustadas pelos mesmos coeficientes, não se pode afirmar que estejamos em presença de um método baseado em unidades de contabilização reais, mas tão somente em unidades nominais, cujos valores são revalorizados.

3.3.3.2.2. Variantes : "Reavaliação do Imobilizado" e "Solução Brasileira"

As variantes mais comuns, no âmbito deste método, referem-se às diversas hipóteses de escolha dos bens a revalorizar. O primeiro grupo patrimonial a ser considerado, pelo método convencional, para revalorização, é, sem dúvida, o imobilizado. A "reavaliação do imobilizado" é a operação mais corrente que se insere no quadro do presente método de ajustamento ao factor tempo.

A experiência portuguesa de ajustamento tradicional da contabilidade caracteriza-se, exclusivamente, pela citada "reavaliação do imobilizado" (35), com contrapartida na criação de uma reserva para esse fim. Todavia, porque motivo somente o imobilizado deverá ser ajustado ao factor tempo ? Porque não os capitais próprios e as existências ?

Segundo a lei brasileira das Sociedades por Acções, de Dezembro de 1976, o Activo Permanente e a Situação Líquida são corrigidos através de

coeficientes, por forma a manterem o seu poder aquisitivo inalterável. As contrapartidas desses ajustamentos são registadas numa "conta de correcção monetária, cujo saldo passa a resultados do Exercício" (36). Considerando que o conceito de Activo Permanente utilizado coincide, grosso modo, com as immobilizações, conclui-se que as diferenças básicas entre a legislação portuguesa e brasileira, em termos de conteúdo dos ajustamentos, são as seguintes:

a) correcção da Situação Líquida, no caso brasileiro, não se verificando tal na legislação portuguesa.

b) transferência do saldo da "correcção monetária" para resultados, na experiência brasileira, enquanto que manutenção do ajustamento numa conta de reservas, na solução portuguesa.

Importa interpretar as consequências dessas variantes.

No modelo português, os resultados do exercício após o único ajustamento ao factor tempo que considera (a citada "reavaliação do immobilizado"), são sempre menores que os obtidos antes dessa mesma correcção (36). Tal deriva da circunstância de, após o ajustamento, as amortizações do exercício serem superiores e a valorização do activo não constituir um proveito, mas sim uma reserva.

Já na experiência brasileira o mesmo não acontece. Poderemos distinguir três situações possíveis, citando o Prof. Rogério Fernandes Ferreira, de acordo com uma exposição de Trevisan:

1º Capital Próprio superior ao Activo Fixo.

2º Capital Próprio igual ao Activo Fixo.

1º Capital Próprio inferior ao Activo Fixo.

Na primeira hipótese, pouco comum, os resultados do ajustamento são negativos, expressando a perda do poder de compra do capital circulante (37). De facto, os proveitos derivados da revalorização dos activos fixos são inferiores aos custos associados a um maior valor do capital Próprio, considerando que os coeficientes para ambas as correcções são

iguais (38).

Na segunda opção, os resultados do ajustamento são nulos, enquanto que no terceiro caso são positivos. O significado destes resultados positivos associados ao ajustamento ao factor tempo das empresas cujo capital próprio é inferior ao activo fixo é o seguinte:

Os credores da empresa estão a financiar o seu activo permanente com recursos monetários, sujeitos a perda do seu valor aquisitivo. A diminuição do poder de compra desses passivos expressa-se num lucro da empresa, já que se reduz o valor real do exigível.

3.3.3.2.3. Críticas ao Método Convencional

A crítica principal a qualquer das variantes do método convencional baseia-se nas próprias premissas em que assenta o método, ou seja, a manutenção de valores históricos e nominais. Mesmo na variante descrita que abarca uma mais ampla correcção monetária, a metodologia vigente no Brasil, mantem-se a presença de valores nominais, pois os ajustamentos, não compreendendo a totalidade dos bens não monetários (por exemplo, não é corrigido o valor das existências da mesma forma que o imobilizado), não permitem a consideração dos valores de contabilização como reais.

3.3.3.2.4. Aplicação do Método ao Exemplo C

3.3.3.2.4.1. Método Convencional Sem Ajustamento ao Factor Tempo

a) Balanço Final em 31/12/n (valores nominais e históricos):

Activo		Passivo	
Disponibilidades	2800	Exigível C.Prazo de expl.	3000
Realizável a C.Prazo de expl.	8000	Exigível a M/L Prazo	22000
Existências	8000		-----
Imobilizado Corpóreo Líquido	11200	Total Passivo	25000
Imobilizado Financeiro	1000	Situação Líquida	
		Capital Social	5000
		Resultados do Exercício	1000

		Total S.L.	6000
	-----		-----
Total Activo	31000	Total Passivo+S.L.	31000

b) Demonstração de resultados do ano n:

Vendas	47000
Custo das Existências Vendidas	-36000
Margem Bruta	11000
Outros Custos	- 7200
Amortizações do Exercício	- 2800

Resultados do Exercício	1000

c) Cálculos:

Saldo Final Disponibilidades=S.Inicial + Recebimentos - Pagamentos

$$2800 = 4000 \quad 39000 \quad 40200$$

			Prazo Médio
Realizável a Curto Prazo de Expl.=	Receitas *		de Recebimentos
	mensais		em meses
8000	4000		2
			Prazo Médio
Exigível a Curto Prazo de Expl.=	Despesas *		de Pagamentos
	mensais		em meses
3000	3000		1
	+ 600		0

3.3.3.2.4.2. Método Convencional Com Ajustamento ao Factor Tempo, Segundo a Variante da "Reavaliação do Imobilizado"

a) Balanço Final em 31/12/n (valores nominais e históricos):

Activo	Passivo
Disponibilidades 2800	Exigível C.Prazo de expl. 3000
Realizável a C.Prazo de expl. 8000	Exigível a M/L Prazo 22000
Existências 8000	Total Passivo 25000
Imobilizado Corpóreo Líquido 12096	Situação Líquida
Imobilizado Financeiro 1000	Capital Social 5000
	Reserva de Reav. Imobil. 1120
	Resultados do Exercício 776
	Total S.L. 6896
Total Activo 31896	Total Passivo+S.L. 31896

b) Demonstração de resultados do ano n:

Vendas	47000
Custo das Existências Vendidas	-36000

Margem Bruta	11000
Outros Custos	- 7200
Amortizações do Exercício	- 3024

Resultados do Exercício	776

c) Cálculos:

Imobilizado Corpóreo		Imobilizado Corpóreo		Amortizações
Líquido Corrigido	=	Bruto Corrigido	-	Corrigidas
12096		15120		3024
Imobilizado Corpóreo		Imobilizado Corpóreo		Correcção
Bruto Corrigido	=	Bruto Não Corrigido	*	Monetária
15120		14000		1.08
Amortizações		Amortizações Não		Correcção
Corrigidas	=	Corrigidas	*	Monetária
3024		2800		1.08
Reserva de Reavaliação		Correcção no		Correcção nas
do Imobilizado	=	Imobilizado Bruto	-	Amortizações
				Acumuladas de
				Ex. Anteriores
1120		1120		0

3.3.3.2.4.3. Método Convencional Com Ajustamento ao Factor Tempo,

Segundo "Modelo Brasileiro"

a) Balanço Final em 31/12/n (valores nominais e históricos):

Activo		Passivo	
Disponibilidades	2800	Exigível C.Prazo de expl.	3000
Realizável a C.Prazo de expl.	8000	Exigível a M/L Prazo	22000
Existências	8000		-----
Imobilizado Corpóreo Líquido	12096	Total Passivo	25000
Imobilizado Financeiro	1100	Situação Líquida	
		Capital Social	5400
		Resultados do Exercício	1596

		Total S.L.	6996

Total Activo	31996	Total Passivo+S.L.	31996

b) Demonstração de resultados do ano n:

Vendas	47000
Custo das Existências Vendidas	-36000

Margem Bruta	11000
Outros Custos	- 7200
Amortizações do Exercício	- 3024

Margem	776
Correcção Monetária	+ 820

Resultados do Exercício	1596

c) Cálculos:

$$\begin{array}{rcl} \text{Correcção Monetária} & = & \text{Correcção do Activo} - \text{Correcção da S.Liq.} \\ 820 & & 1220 \qquad \qquad 400 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl} \text{Correcção no Activo} & = & \text{Correcção Imob.Corp.} + \text{Correcção Imob.Fin.} \\ 1220 & & 1120 \qquad \qquad 100 \end{array}$$

$$\begin{array}{rcl} \text{Correcção no Imobilizado Corpóreo} & = & \text{Reserva de Reavaliação do} \\ & & \text{Imobilizado (ver 3.3.3.2.4.2.)} \end{array}$$

Correcção no Imobilizado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Financeiro	= em 31/12/n	- em 1/1/n
100	1100	1000

3.3.3.2.5. Conclusões Básicas do Método Teórico 1: Convencional

a) adopção de valores de contabilização nominais.

b) método de fácil aplicação.

c) resultados do exercício após correcção sempre inferiores, na

variante da "reavaliação do imobilizado", ou em função da estrutura financeira, no "modelo brasileiro" (maiores resultados se maior o endividamento).

3.3.3.3. Método Teórico 2: Conversão (ou CPP)

3.3.3.3.1. Pressupostos

Tal como no método anterior, a base de valorização mantém-se a preços históricos, mas a unidade de contabilização não é uma unidade nominal, a valores correntes, mas uma unidade real, a valores constantes. A informação de que o Balanço de uma empresa se reporta ao dia 31 de Dezembro de determinado ano não é suficiente, sendo necessário acrescentar qual a data da unidade de contabilização desse documento. Teremos, assim, o Balanço da empresa X em 31/12/n a valores dessa data ou a valores de 31/12/n-1, por exemplo. Raciocínio idêntico poderia ser elaborado para a Demonstração de Resultados.

Os métodos de conversão designam-se comumente pela sigla CPP, inicial da expressão em idioma inglês "Constant Purchasing Power". De facto, se este método se caracteriza pela utilização de uma unidade de contabilização de valor real, no sentido de temporalmente constante, então as informações contabilísticas são expressas numa unidade com "poder de compra constante". Método de conversão ou CPP são, assim, sinónimos, entendidos como a terminologia de um método teórico de ajustamento ao factor tempo, baseado em valores históricos e unidades de contabilização reais.

O método de conversão utiliza, como o seu próprio nome o indica, uma transformação dos valores nominais em reais, através da aplicação de um índice que seja ajustado para esse efeito. Se todas as rubricas do Activo, Passivo e Situação Líquida forem "convertidas", o equilíbrio entre os dois membros do Balanço mantém-se, somente a um nível nominalmente mais elevado. Todavia, os valores em Caixa, por exemplo, representam uma determinada quantia monetária. Essa importância é uma realidade concreta e palpável, que qualquer método contabilístico terá de respeitar. Assim, a conta Caixa não poderá, obviamente, ser "convertida", o mesmo sucedendo a todas as contas monetárias (39). O não ajustamento, acompanhando a evolução do índice de correcção monetária, dessas contas activas e passivas, conduz a ganhos ou perdas monetárias. Um ganho monetário é consequência da diminuição do valor real do endividamento da empresa, por erosão monetária. Uma perda monetária deriva da redução do valor real de recursos da organização, pelo mesmo motivo.

Os resultados do exercício incluem, desta forma, dois componentes:

- a) os resultados da actividade;
- b) os resultados sobre os elementos monetários.

3.3.3.3.2. Variantes

Verifica-se a existência de diversas versões de CPP, dos mais variados autores, que embora baseando-se nas duas premissas fundamentais, introduzem cambiantes em questões de pormenor, mas importantes, como, por exemplo, a definição da unidade de contabilização constante, a definição dos bens monetários e a escolha do coeficiente de correção monetária.

Relativamente à primeira questão, a título exemplificativo, refiro três situações possíveis, no quadro de uma metodologia de conversão (ou CPP):

a) na Alemanha e na França, após a I Grande Guerra, a unidade de contabilização escolhida pelos defensores do método CPP (que tem nessa época e local as suas origens) consistia no equivalente em ouro do marco ou do franco e não no papel moeda, por razões de maior estabilidade.

b) H.W.Sweeney, no seu livro "Stabilized Accounting", datado de 1936 e considerado por Geoffrey Whittington como a "biblia" dos métodos de conversão, recomenda que a unidade de contabilização seja a unidade monetária de uma data passada, pelas vantagens de comparações entre Balanços de anos subsequentes.

c) a versão mais utilizada de CPP consiste na escolha da moeda corrente para unidade de contabilização. Surge assim o "Current Purchasing Power", como uma das hipóteses possíveis de aplicação do "Constant Purchasing Power" (40).

A definição dos limites dos bens monetários é um ponto que simultaneamente caracteriza as diversas variantes e que constitui uma questão fulcral da validade do próprio método. No âmbito do ponto 2. deste trabalho, foi referido que bem não monetário é "todo o património da empresa cuja unidade natural de expressão difere da unidade monetária". Para a adopção do método de conversão, a definição supra revela-se insuficiente. Veja-se o exemplo de uma conta de terceiros, que pela sua dimensão e pelas características do credor, deva constituir

uma Unidade de Património específica, no âmbito de uma metodologia contabilística não destrutiva, conforme exposta em 2.2.8.2.. Essa conta possui características não monetárias, para esse fim, mas é nitidamente monetária, em termos de método de conversão. De facto, para a presente metodologia, o carácter monetário de uma conta não deriva da sua unidade natural de expressão, mas sim da circunstância de o seu "poder de compra" real permanecer, ou não, constante no tempo. Uma conta monetária é, para efeitos do presente método, toda aquela cujo seu valor, de forma sistemática, perde poder aquisitivo real, derivado ao factor tempo.

Considerando esta definição, classificam-se, em princípio, as Disponibilidades, o Realizável e o Exigível como contas monetárias, embora certos elementos, como por exemplo activos ou passivos expressos em moedas estrangeiras ou títulos em carteira incluídos nas Disponibilidades, possam não ser admitidos como bens monetários.

O último ponto referido que fornece diversas variantes do presente método consiste na questão da escolha do coeficiente de correcção monetária a ser utilizado. Como o método se baseia na "conversão", através de um factor, de valores históricos nominais em reais, conforme já referi, a importância da escolha desse factor de conversão é relevante.

Os índices apontados comumente são dois:

- a) o índice de Preços no Consumidor;
- b) um índice deflacionador do Produto Interno Bruto.

O "American Institute of Certified Public Accountants", na sua A.R.S.6, considerou o índice deflacionador do Produto Nacional Bruto como o mais correcto, para efeitos de conversão, pelos dois motivos básicos infracitados:

- a) o índice cobre a globalidade da actividade económica;
- b) trata-se do melhor indicador da efectiva evolução do nível geral de preços da economia.

Todavia, o "Financial Accounting Standards Board", também dos Estados Unidos da América, considera que o índice de Preços no Consumidor é a melhor opção, por outras duas causas explicativas:

a) o índice de Preços no Consumidor (I.P.C.) é calculado com maior periodicidade, na economia americana, passando-se o mesmo na francesa, segundo Daniel Boussard.

b) o I.P.C. não é revisto após a sua publicação, o que não acontece com o deflacionador do P.N.B..

Em suma, ambos os índices são admissíveis, conduzindo a resultados semelhantes, pelo que a escolha comum pelo I.P.C. é, essencialmente, de ordem pragmática e de disponibilidade atempada de elementos fidedignos e definitivos.

3.3.3.3.3. Críticas ao Método de Conversão

A crítica principal que se pode efectuar a este método consiste na circunstância deste se basear em custos históricos, que embora corrigidos, continuam obviamente a ser de "base histórica". Não se processa assim a qualquer avaliação real do património da organização, mas sim a uma mera capitalização dos seus valores.

Além do aspecto crítico referido, o método de conversão apresenta outras objecções:

a) a adopção de um índice, único e comum, para todos os recursos activos e passivos da organização assenta no pressuposto de que o fenómeno da depreciação monetária "toca da mesma maneira todas as empresas e numa dada empresa os diferentes tipos de activos e de custos" (Daniel Boussard).

b) os proveitos derivados do endividamento (ganhos sobre elementos monetários) são um resultado que não traduz o nível de desempenho da organização, mas tão somente a sua forma de financiamento.

c) o método é de complexidade superior relativamente ao

tradicional, sendo discutível que o acréscimo de dificuldade se traduza num incremento da qualidade da informação.

Embora verificando-se os inconvenientes atrás expostos, o método apresenta inequivocamente vantagens, das quais destaco:

- a) atenua os efeitos do factor tempo, em termos de depreciação monetária.
- b) permite comparações entre informação de diferentes exercícios.
- c) demonstra e explicita a existência de ganhos ou perdas por detenção de activos e passivos de natureza monetária.
- d) corrige os efeitos da inflação sem exigir a implementação de uma nova estrutura contabilística.

3.3.3.3.4. Aplicação ao Exemplo C

Seguirei, para este método e para os seguintes, a metodologia estabelecida por Daniel Boussard, na sua obra "Comptabilité et Inflation - Méthodes et Applications", embora com adaptações profundas, que se caracteriza, basicamente, pela existência das seguintes etapas de cálculo:

- a) conversão do Balanço de Abertura na unidade de contabilização escolhida (por exemplo, unidades de fim de período).
- b) conversão dos elementos não monetários existentes na data do Balanço Final na unidade de contabilização escolhida.
- c) conversão dos fluxos do exercício na unidade de contabilização escolhida.
- d) cálculo dos resultados sobre os elementos monetários
- e) apresentação dos elementos de síntese contabilística.

Concretizando:

a) Balanço Inicial em 1/1/n (valores constantes de 31/12/n e históricos):

Activo		Passivo	
Disponibilidades	4320	Exigível M/L Prazo	23760
Existências	8640		-----
Imobilizado Corpóreo Líquido	15120	Total Passivo	23760
Imobilizado Financeiro	1080	Situação Líquida	
		Capital Social	5400

		Total S.L.	5400

Total Activo	29160	Total Passivo+S.L.	29160

b) relação dos elementos não monetários existentes em 31/12/n (valores constantes de 31/12/n e históricos):

Existências		8640
Imobilizado Corpóreo		
valor em 1/1/n	15120	
amortizações do exercício	3024	
	-----	12096
Imobilizado Financeiro		1080
Capital Social		5400

c) fluxos do exercício (valores constantes de 31/12/n)

$$\text{Vendas} = (4000 s_{\overline{12}|i'}) [(1+i')^{(1/2)}] - 1000[(1+i')^{(9/2)}] = 48856$$

$$\text{C.E.V.} = \text{Compras} = (3000 s_{\overline{12}|i'}) [(1+i')^{(1/2)}] = 37414$$

$$\text{Outros Custos} = (600 s_{\overline{12}|i'}) [(1+i')^{(1/2)}] = 7483$$

Amortizações = 3024

com $i' = 0.64\%$ (41) e a premissa de que a data de efectivação dos proveitos e dos custos é o momento médio de cada mês (42).

d) cálculo dos resultados sobre os elementos monetários, através da análise de fluxos.

		Valores nominais	Valores constantes de 31/12/n
Posição Monetária Inicial		Activo Monetário Inicial	- Passivo Monetário Inicial
		4000 - 22000 = = 18000	4320 - 23760 = = 19440
+ Recebimentos	Rec. de Vendas	39000	40805 (d1)
+ Aumento do Crédito a 3 ^{es}	Aumento C.Clientes	8000	8051 (d1)
- Pagamentos	Compras de Existênc. Outros Custos	33000 } 40200 } 7200 }	34404 (d2) 41887 7483 (d3)
- Aumento de Crédito de 3 ^{es}	Aumento C.Fornec.	3000	3010 (d2)
Posição Monetária Final		- 14200	- 15481

em que :

d1) Vendas não		Vendas de		Vendas de
recebidas	=	Novembro	+	Dezembro
8051		4000[(1+.0064)^(3/2)]		+ 4000[(1+.0064)^(1/2)]

Recebimento de Vendas = Vendas Totais - Vendas não recebidas
em 31/12/n

40805		48856		8051
		(conforme c)		

d2) Compras não		Compras de
recebidas	=	Dezembro
3010		3000[(1+.0064)^(1/2)]

Pagamento de Compras = Compras Totais - Compras não pagas
de Existências em 31/12/n

34404		37414		3010
		(conforme c)		

d3) Pagamentos associados		Outros Custos		Outros Custos não
aos Outros Custos	=	Totais	-	pagos em 31/12/n
7483		7483		0
		(conforme c)		

A diferença entre as Posições Monetárias Finais, a valores constantes e nominais, traduz os resultados sobre os elementos monetários:

$$- 15481 - (- 14200) = - 1281$$

Como essa diferença é negativa em 1281 u.m., estamos na presença de um ganho sobre o referido património dessa grandeza. De facto, o saldo

das contas monetárias finais, apurado através da utilização de uma unidade monetária constante (valores de 31/12/n), traduz-nos o valor dessas contas, se os elementos monetários fossem corrigidos e acompanhassem a depreciação do "poder de compra" da moeda. Todavia, pela definição de elementos monetários, essas contas não são corrigidas, sendo erodidas pelo factor tempo. A depreciação do valor real das contas monetárias é dada pela diferença entre o valor que teriam se não perdessem o referido poder aquisitivo e o seu valor efectivo. Esta diferença poderá ser um ganho ou uma perda : se a posição monetária for negativa, quer dizer que os recursos monetários são, em termos líquidos, um financiamento da organização, pelo que a sua depreciação é um ganho, já que o valor real do endividamento líquido se reduz. Ao invés, se a posição monetária assumir valores superiores a zero, tal traduz que um recurso positivo da empresa perdeu o seu valor real, sendo por consequência um custo.

e) apresentação dos elementos de síntese contabilística:

e1) Demonstração de Resultados (comparação com custos históricos e nominais)

	C.Históricos e Nominais	C.Históricos e Reais (valores de 31/12n)
Vendas	47000	48856
Custo das Existências Vendidas	-36000	-37414
	-----	-----
Margem Bruta	11000	11442
Outros Custos	- 7200	7483
Amortizações do Exercício	- 2800	3024
	-----	-----
Resultados sobre a Actividade	1000	935
Ganhos sobre Elementos Monetários	-	1281
Resultados Globais	1000	2216

e2) Balanço em 31/12/n (comparação com custos históricos e nominais)

	C.Históricos e Nominais	C.Históricos e Reais (valores de 31/12/n)
Activo		
Disponibilidades	2800	2800
Realizável a C.Prazo de expl.	8000	8000
Existências	8000	8640
Imobilizado Corpóreo Líquido	11200	12096
Imobilizado Financeiro	1000	1080
	-----	-----
Total Activo	31000	32616
Passivo		
Exigível C.Prazo de expl.	3000	3000
Exigível a M/L Prazo	22000	22000
	-----	-----
Total Passivo	25000	25000
Situação Líquida		
Capital Social	5000	5400
Resultados do Exercício	1000	2216
	-----	-----
Total S.L.	6000	7616
	-----	-----
Total Passivo + S.L.	31000	32616

3.3.3.4. Método Teórico 3: Avaliação (ou CCA)

3.3.3.4.1. Pressupostos

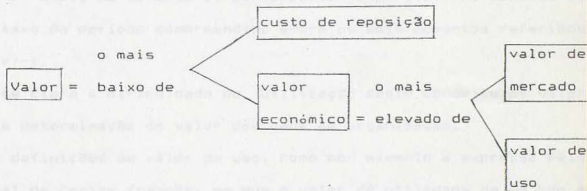
O método de avaliação, ao contrário dos dois precedentes, não se baseia em custos históricos, mas sim no valor real do património à

disposição da empresa. Trata-se de um método que inequivocamente quebra a ligação tradicional da contabilidade ao valor de aquisição histórico dos bens. Tal facto traduz vantagens e inconvenientes e, principalmente, faz surgir necessidades de resposta a novas questões. O principal óbice que se coloca ao método de avaliação consiste na definição de valor. Se para as metodologias baseadas no custo histórico, o valor de um bem é o seu custo de aquisição, incluindo ou não certas despesas inerentes à compra, assim como possíveis correcções, para o presente método é necessário definir um novo conceito de valor.

3.3.3.4.1.1. Qual o Valor de um Bem ?

Para J. Bonbright, o "valor de um bem para o seu proprietário, é igual ao montante máximo da perda directa ou indirecta que obteria se fosse privado desse bem" - definição que pessoalmente concordo, embora de difícil concretização, já que é incerto e subjectivo identificar os prejuizos associados à não utilização de um determinado bem.

Tendo em conta a dificuldade de aplicação da definição supra, o mesmo autor defende que o valor de um bem para a empresa seja (43):



O método supracitado de determinação do valor evidencia a existência de diversas formas de análise do "valor" de um mesmo bem.

Assim:

- a) valor de mercado

Segundo Daniel Boussard, o valor de mercado é "o montante que se

obteria da venda do bem, em condições normais de mercado". Tendo em conta que nesta definição do valor de um bem se considera um conceito subjectivo ("condições normais de mercado"), o seu interesse prático torna-se, obviamente, limitado.

b) valor de uso

Para I. Fisher "o valor de um capital consiste na antecipação dos fluxos que se obtêm". Na mesma linha de pensamento, Daniel Bousard define valor de uso de um bem, ou a sua utilidade, como o "valor actualizado, à data considerada, dos fluxos de tesouraria futuros". Definição objectiva, mas à qual se colocam dois problemas básicos: a determinação dos fluxos de tesouraria futuros e a escolha da taxa de capitalização ou de desconto a utilizar. Relativamente ao primeiro constrangimento é evidente que qualquer previsão de níveis de actividade futuros da organização é sempre falível e sujeita a um grau elevado de incerteza, num ambiente com mutações frequentes. Mesmo que tal problema seja superado, a questão da escolha da taxa correcta para efectuar o cálculo do valor descontado mantém-se presente. A taxa de capitalização deverá corresponder à relação de indiferença financeira da organização, ou seja, se y u.m., no momento 1, correspondem a x u.m., no momento 0, então essa taxa do período compreendido entre os dois momentos referidos será de $(y/x)-1$.

Torna-se clara a dificuldade de utilização deste conceito de valor de uso, para determinação do valor dos bens da organização.

Outras definições de valor de uso, como por exemplo a expressa pelo Plano Oficial de Contas francêses, em que o valor de utilidade de um bem é "aquilo que um chefe de empresa, prudente e conhecedor, aceitaria pagar por esse bem", não tornam mais pragmático o presente conceito.

c) custo de reposição

No âmbito desta perspectiva de valor, um bem é valorizado pelo montante que a organização teria de suportar para o adquirir. Embora

este conceito seja bem mais objectivo que qualquer dos dois precedentes, é possível estabelecer duas vertentes de análise do custo de reposição (44):

c1) concepção estática, em que o valor de um bem é o "valor de investimento que permitiria alcançar os mesmos objectivos";

c2) concepção dinâmica, na qual o valor é igual ao "reinvestimento que assegure a manutenção da posição relativa da empresa no seu sector". Vejamos um exemplo: o valor de um bem sujeito a grande "erosão tecnológica" é, na concepção estática, o seu próprio custo, por forma a desempenhar a mesma função organizacional; na visão dinâmica, o valor desse bem é calculado pelo custo dos bens similares que permitiriam à empresa um nível de desempenho equivalente.

Embora se verifiquem constrangimentos à determinação do custo de reposição, este conceito é pragmaticamente mais acessível, comparando com as definições de valor já enunciadas, integrantes do "valor económico" de um bem. Assim, normalmente, quando se fala de métodos de avaliação, tal é sinónimo de adopção de custos de reposição, embora, como referi, outras aproximações sejam possíveis.

Seguindo o conceito de valor de J. Bonbright, já exposto neste ponto, uma mercadoria para venda é, em termos correntes, valorizada com base no custo de reposição, já que este é, na maioria dos casos, mais baixo que o valor económico, que por sua vez é igual ao valor de mercado, também em termos de comportamento padrão.

Assim, a partir deste ponto, pelos motivos indicados, escolherei o custo de reposição como exemplo de forma de valorização, no âmbito de uma metodologia de avaliação.

3.3.3.4.1.2. A Dicotomia dos Resultados

Na metodologia de avaliação, a diferença entre os proveitos e os custos de exploração, estes últimos calculados com base na valorização a

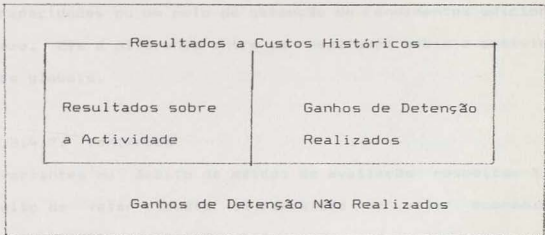
custos de reposição, designa-se por resultados sobre a actividade. Na terminologia de Edwards and Bell, esse resultado tem o nome de "current operating profit". Se a esse valor adicionarmos o montante de custos, considerados nos resultados sobre a actividade, que advêm da avaliação dos bens efectuada, ficaremos com os resultados em custos históricos. De facto, o que separa, em termos de montante, os resultados sobre a actividade referidos dos resultados a custos históricos é a parcela da valorização dos bens incluída nos custos de exploração. Num contexto inflacionista, os resultados a custos históricos são mais elevados que os citados resultados sobre a actividade, pois os primeiros consideram um custo dos bens alienados, como contrapartida dos proveitos, mais baixo. A diferença entre os dois resultados citados traduz os ganhos obtidos pela organização por vender ou consumir bens que possuíam um preço histórico de compra inferior ao seu custo actual de reposição. Daniel Boussard designa tal proveito extra-actividade como um "ganho de detenção realizado". Analisando a expressão referida, esse proveito deriva da posse ("detenção") de certo bem, cujo valor é trocado por meios de maior liquidez ("realizado").

A organização depara-se um outro tipo de ganhos de detenção: os não realizados. Todos os bens são avaliados, embora somente uma parcela desses bens seja trocada por recursos de maior liquidez, num determinado exercício. Assim, verifica-se a existência de proveitos associados à posse de bens que, no final do exercício, permanecem em armazém, ou seja, ganhos de detenção não realizados.

Ao conjunto dos ganhos de detenção, que expressam a globalidade dos proveitos originados pela valorização dos recursos, quer estes tenham ou não sido vendidos, os autores anglo-saxónicos designam por "holding gains".

Adicionando aos resultados sobre a actividade os ganhos de detenção, obtemos os resultados globais. Esquemáticamente, temos :

Resultados Globais



Na metodologia de avaliação, estamos perante um conceito de resultados múltiplos, ou talvez melhor, de um sistema de resultados, que se completam na tradução do nível real de desempenho da organização.

Não se me afigura correcto afirmar que um dos elementos do referido sistema de resultados expressa melhor a realidade que os restantes. é, todavia, possível afirmar que os diferentes resultados são uma consequência de ângulos de visão específicos da realidade organizacional. Para a empresa, como entidade, os seus resultados, aqueles que estarão sujeitos à distribuição pelos detentores do seu capital, serão expressos pelos resultados sobre a actividade, já que os ganhos de detenção não serão mais do que uma reserva indispensável para, em todo o momento, repor o potencial da capacidade produtiva da organização. Ao invés, os possuidores dos títulos de propriedade da empresa consideram que os ganhos de detenção são proveitos gerados pela organização e por tal motivo passíveis de distribuição. Um argumento possível desta última tese é referido por Geoffrey Whittington:

" O facto de o custo de reposição de um bem aumentar não deve afectar os meus resultados, porque estou no negócio não para repor activos, mas para fazer dinheiro (45)."

é fácil contra-argumentar a tal afirmação, mas parece-me mais importante realçar que o montante dos resultados é uma consequência do

que se espera e se deseja de uma organização: uma entidade que perpetue as suas capacidades ou um meio de obtenção de rendimentos adicionais, no curto prazo. Eis a diferença entre os resultados sobre a actividade dos resultados globais.

3.3.3.4.2. Variantes

As variantes no âmbito do método de avaliação respeitam à escolha do conceito de valor (custo de reposição ou valor económico) e à natureza dos ganhos de detenção (46).

Um ganho de detenção poderá constituir uma reserva, na perspectiva organizacional de manutenção da capacidade produtiva, ou um proveito, na óptica dos proprietários de maximização dos rendimentos postos à disposição, como já referi. Estas duas visões implicam duas variantes distintas do método de avaliação.

3.3.3.4.3. Críticas ao Método de Avaliação

A crítica principal que se coloca a este método prende-se com uma das suas premissas caracterizadoras: a natureza nominal da contabilidade.

Embora as metodologias não tradicionais apresentadas se destinem, nomeadamente, a superar o efeito tempo nas contas da organização, a adopção de unidades monetárias de contabilização nominais, isto é, a valores correntes, não contemplam a existência do aludido factor tempo. Assim, um documento contabilístico elaborado no âmbito do método de avaliação, inclui valores resultantes de operações aritméticas elementares entre capitais, localizados em momentos temporais diferentes, o que contraria a regra básica do Cálculo Financeiro, ou seja, somente se podem somar capitais reportados a um momento comum.

Independentemente da crítica a uma das suas premissas-base (a natureza nominal das unidades de contabilização), o método assenta num

conceito de valor dos bens determinado pela sua avaliação, através do seu custo de reposição, nomeadamente. Ora tal avaliação reveste-se de muita dificuldade e mesmo de certa carga subjectiva, especialmente para bens que já não se encontram em comercialização no mercado.

Outro problema se coloca a este método: a determinação do valor dos bens para os quais a organização já tomou a decisão de os substituir, a prazo. Concretizando, qual o valor de um equipamento informático da marca X, na perspectiva da sua substituição por um outro equipamento da marca Y? Qualquer que seja a resposta, esta não será totalmente satisfatória, pois se o valor de um bem não deverá ser isolado dos seus fins para a organização, também não poderá ser aferido unicamente por uma decisão, porventura sujeita a futuras alterações.

Ainda uma outra objecção se coloca à metodologia: a escolha do conceito de valor a utilizar. Como referi em 3.3.3.4.1.1., o custo de reposição é normalmente utilizado para a valorização dos bens, no âmbito da avaliação. Essa escolha reside mais nas desvantagens das opções alternativas que nos méritos do próprio conceito, também este de alguma carga subjectiva. É no mínimo discutível que o valor de um bem seja fornecido pelo seu custo de reposição, mesmo que não se verifiquem as situações atrás descritas.

Embora com os aspectos negativos supracitados, o presente método constitui uma alternativa à valorização a custos históricos, ao considerar que o valor de um bem é determinado por uma avaliação efectuada em cada exercício. Dos métodos já referidos este é o primeiro que de facto "reavalia" os activos no verdadeiro sentido da palavra, ou seja, que procede a uma nova determinação do valor dos bens, sem considerar o seu passado, mas sim o seu futuro na organização. É desta alteração profunda que derivam as questões em aberto atrás enunciadas.

3.3.3.4.4. Aplicação ao Exemplo C

Etapas de cálculo:

a) estabelecimento do Balanço de Abertura.

b) avaliação dos fluxos do exercício, a custos de reposição, e determinação dos ganhos de detenção realizados.

c) avaliação dos activos não monetários existentes no Balanço Final e determinação dos ganhos de retenção não realizados.

d) apresentação dos elementos de síntese contabilística.

Concretizando:

a) Balanço Inicial em 1/1/n (valores nominais e actuais):

Activo		Passivo	
Disponibilidades	4000	Exigível M/L Prazo	22000
Existências	8000		-----
Imobilizado Corpóreo Líquido	14000	Total Passivo	22000
Imobilizado Financeiro	1000	Situação Líquida	
		Capital Social	5000

		Total S.L.	5000

Total Activo	27000	Total Passivo+S.L.	27000

Por hipótese e no pressuposto já referido de que a empresa inicia a sua actividade em 1/1/n, os valores históricos de existências e imobilizado coincidem com o seu custo de reposição. Se tal não se verificasse, os activos seriam avaliados, sendo o acréscimo do seu valor creditado a uma Reserva de Manutenção do Capital.

b) fluxos do exercício, a custos de reposição e ganhos de detenção realizados

b1) custo das existências vendidas (C.E.V.)

C.E.V. = 36200 (conforme 3.3.3.1.)

b2) amortizações sobre o custo de aquisição + o acréscimo de valor do exercício = amortizações sobre o custo de aquisição + o acréscimo de valor

3200 2800 2000 * 20 %

b3) ganhos de detenção realizados sobre as existências vendidas (G.D.E.V.)

G.D.E.V. = C.E.V. a custo de reposição - C.E.V. a c. históricos

200 36200 36000

b4) ganhos de detenção realizados sobre amortizações (G.D.A.)

amortizações a custos de amortizações a custos

G.D.A. = reposição - históricos

400 3200 - 2800

c) activos não monetários, em 31/12/n, a custos de reposição e ganhos de detenção não realizados

c1) existências em armazém: 8500 (conforme 3.3.3.1.)

c2) imobilizado corpóreo líquido: 16000 - 3200 = 12800

c3) imobilizado financeiro: 1100 (conforme 3.3.3.1.)

c4) ganhos de detenção não realizados sobre as existências em armazém (G.D.E.)

existências em 31/12/n existências em 31/12/n

G.D.E. = a custos de reposição - a custos históricos -

existências em 1/1/n existências em 1/1/n

- a custos de reposição - a custos históricos

G.D.E. = (8500 - 8000) - (8000 - 8000) = 500

c5) ganhos de detenção não realizados sobre o imobilizado corpóreo

(G.D.I.C.)

	imob.corpóreo em 31/12/n	imob.corpóreo em 31/12/n
G.D.I.C. =	a custos de reposição	- a custos históricos

	imob.corpóreo em 1/1/n	imob.corpóreo em 1/1/n
-	a custos de reposição	- a custos históricos

$$G.D.I.C. = (12800 - 11200) - (14000 - 14000) = 1600$$

c6) ganhos de detenção não realizados sobre o imobilizado

financeiro (G.D.I.F.)

	imob.financeiro em 31/12/n	imob.financeiro em 31/12/n
G.D.I.F. =	a custos de reposição	- a custos históricos

	imob.financeiro em 1/1/n	imob.financeiro em 1/1/n
-	a custos de reposição	- a custos históricos

$$G.D.I.F. = (1100 - 1000) - (1000 - 1000) = 100$$

d) apresentação dos elementos de síntese contabilística:

d1) Demonstração de Resultados

	Custo de Reposição e unidade de contabilização nominais
Vendas	47000
Custo das Existências Vendidas	-36200

Margem Bruta	10800
Outros Custos	- 7200
Amortizações do Exercício	- 3200

Resultados sobre a Actividade	400
Ganhos de Detenção Realizados	
sobre existências vendidas	+ 200
sobre amortizações do exercício	+ 400

Resultados a Custos Históricos	1000
Ganhos de Detenção Não Realizados	
sobre existências	+ 500
sobre imobilizado corpóreo	+ 1600
sobre imobilizado financeiro	+ 100

Resultados Globais	3200

d2) Balanço em 31/12/n

Custo de Reposição e
unidade de contabilização
nominais

Activo	
Disponibilidades	2800
Realizável a C.Prazo de expl.	8000
Existências	8500
Imobilizado Corpóreo Líquido	12800
Imobilizado Financeiro	1100

Total Activo	33200
Passivo	
Exigível C.Prazo de expl.	3000
Exigível a M/L Prazo	22000

Total Passivo	25000
Situação Líquida	
Capital Social	5000
Resultados do Exercício	3200

Total S.L.	8200

Total Passivo + S.L.	33200

3.3.3.5. Método Teórico 4: Misto

3.3.3.5.1. Pressupostos

A escolha entre métodos de conversão e de avaliação tem motivado acesa polémica entre académicos e profissionais da função financeira, principalmente nos países em que se efectuaram experiências de

implementação de métodos contabilísticos não tradicionais (como exemplo o Reino Unido e os Estados Unidos da América). Sem pretender descrever as experiências específicas destes países, pelos motivos enunciados na introdução, a história recente da implementação de novos princípios contabilísticos nesses estados tem sido caracterizada pelo despique de ideias (e também de interesses) entre os defensores do método de conversão (ou CPP) e de avaliação (ou CCA). Tão acalorado e extremado foi o debate, nomeadamente quando dos trabalhos do comité Morpeth, em 1976, que em diversas análises os métodos são apresentados como alternativos, mesmo antagónicos. Contudo, é possível conciliar o método de conversão com o de avaliação, retendo o aspecto básico de cada um deles, isto é, intersectando o contributo específico dos citados métodos. Obteremos, assim, uma metodologia mista, baseada em unidades de contabilização reais e valores actuais de avaliação.

Uma característica adicional do método presente consiste na consideração dos ganhos de detenção, realizados ou não, em termos reais. De facto, a consideração dos proveitos de detenção não é um exclusivo do método misto de ajustamento ao factor tempo, mas a circunstância destes serem expurgados da erosão monetária é um dado novo que é introduzido. É incorrecto, em termos de "poder de compra" real da moeda, definir-se o ganho de detenção de um bem como a diferença entre o seu valor actual (calculado através do custo de reposição, por exemplo) e o seu custo histórico, por o valor real da moeda ter sido alterado desde a data de aquisição do recurso até ao presente momento. Os ganhos de detenção nominais decompõem-se em ganhos reais (diferença entre a avaliação a valores correntes e o valor convertido do custo de aquisição) e em mera depreciação monetária (diferença entre o valor dos bens determinado pelo método de conversão e o seu custo histórico).

3.3.3.5.2. Variantes

As variantes deste método misto são em número elevado, sendo a combinação das alternativas referidas nos pontos 3.3.3.3.2. e 3.3.3.4.2., quando da explanação de algumas variantes possíveis aos métodos de conversão e avaliação. Deste modo, as questões seguintes são passíveis de gerar combinações de alternativas, no âmbito da metodologia de ajustamento mista:

a) escolha da unidade de contabilização constante (ex.: unidade monetária de fim de exercício, de meio de exercício, de data anterior ou equivalente ouro).

b) definição dos limites dos bens monetários.

c) escolha do índice de conversão dos recursos não monetários, na unidade de contabilização escolhida (ex.: índice de Preços no Consumidor ou índice Deflacionador do Produto Interno Bruto).

d) escolha do método de avaliação a valores actuais (ex.: custo de reposição, valor de mercado ou valor de uso).

e) natureza dos ganhos de detenção (ex.: reserva ou resultados).

3.3.3.5.3. Criticas ao Método Misto

O método misto é o único das três alternativas de ajustamento apresentadas que não se baseia em nenhuma das duas premissas fundamentais da contabilidade convencional, isto é, a utilização de unidades monetárias de contabilização nominais e a adopção de valores de base de avaliação históricos. Deste facto resulta a sua principal virtude e, simultaneamente, defeito. A quebra por parte da presente metodologia das duas premissas citadas da contabilidade convencional, traduz-se num acréscimo de informação fornecida pela contabilidade - o que constitui um aspecto que valoriza positivamente a opção em análise. Todavia, a complexidade associada a um acréscimo de informação, implica também um aumento da dificuldade de elaboração dos documentos de gestão - factor negativo da metodologia.

Agravando este aspecto crítico, refiro a opinião de Daniel Boussard que considera que "a superioridade conceptual do método combinado (misto) não está demonstrada".

Por fim, mas não menos importante, pretendo realçar que o método misto é, tal como os métodos anteriores apresentados, uma forma, embora complexa, de mero ajustamento da contabilidade ao factor tempo e não de consideração desse factor como variável organizacional.

3.3.3.5.4. Aplicação ao Exemplo C

Etapas de cálculo:

a) descrição dos activos não monetários existentes no início do exercício.

b) descrição dos activos não monetários existentes no fim do exercício.

c) determinação dos resultados de detenção "reais" não realizados.

d) avaliação dos fluxos do exercício, a custos de reposição e unidades de contabilização de fim de exercício.

e) determinação dos resultados de detenção "reais" realizados.

f) cálculo dos resultados sobre os elementos monetários.

g) apresentação dos elementos de síntese contabilística.

Concretizando:

a) relação dos activos não monetários existentes em 1/1/n, pelos métodos de conversão e avaliação

Recursos	Método de Conversão (conf.3.3.3.3.4.)	Método de Avaliação (val. 1/1/n) (conf.3.3.3.4.4.)	Resultados "Reais" de Detenção
Existências	8000	8000	0
Imobilizado Corpóreo	14000	14000	0
Imobilizado Financeiro	1000	1000	0

Não se verifica qualquer resultado real de detenção, pela circunstância de que os valores correntes de avaliação são iguais aos valores históricos dos bens, em 1/1/n, data de constituição e início da actividade da empresa, como expresso nos pressupostos do exemplo.

b) relação dos activos não monetários existentes em 31/12/n, pelos métodos de conversão e avaliação

Recursos	Método de Conversão (conf.3.3.3.4.)	Método de Avaliação (val. 1/1/n) (conf.3.3.3.4.4.)	Resultados "Reais" de Detenção
Existências	8640	8500	(140)
Imobilizado Corpóreo	12096	12800	704
Imobilizado Financeiro	1080	1100	20

			584

c) cálculo do resultado de detenção "real" não realizado (G.D.R.N.R.)

$$\begin{array}{rcl} \text{Resultados "reais" de} & & \text{Resultados "reais" de} \\ \text{G.D.R.N.R.} = \text{detenção em 31/12/n} & - & \text{detenção em 1/1/n} \\ 584 & & 0 \end{array}$$

O significado dos G.D.R.N.R. é o seguinte:

c1) a organização, em 31/12/n, possuía activos não monetários valorizados face ao seu preço de compra histórico - daí a existência de um resultado originado pela detenção desses activos.

c2) os bens referidos, como todos os activos existentes em 31/12/n, não são realizados nesse exercício, ou seja, não foram transformados em meios líquidos no período em análise - donde advêm os ganhos de detenção não realizados (G.D.N.R.).

c3) os G.D.N.R. poderão ser nominais ou reais. Esta última opção demonstra os ganhos ou perdas sofridas pela empresa por deter activos não realizados em 31/12/n, resultados esses deflacionados pelo índice utilizado na conversão dos bens não monetários (por exemplo o I.P.C.).

No caso presente, a empresa suportou um ganho real de 584 u.m., originado pela detenção de activos não monetários, não realizados em 31/12/n. O significado económico de tal proveito prende-se com o facto de os recursos existentes no fim do exercício terem valorizado mais que a mera erosão monetária, isto é, valorizaram-se realmente.

d) fluxos do exercício, a custos de reposição e unidade de contabilização de fim de exercício

$$d1) \text{ vendas} = (4000 \text{ s}) \left[(1+i')^{1/2} \right] - 1000 \left[(1+i')^{9/2} \right] = 48856$$

com $i' = 0.64 \%$ (conforme 3.3.3.3.4.)

d2) custo das existências vendidas (C.E.V.)

C.E.V. mensal (a custos de reposição correntes) = $36200/12 = 3017$

C.E.V. anual (a custos de reposição e unidade de contabilização

$$\text{constante de 31/12/n}) = (3017 \text{ s}) \left[(1+i')^{1/2} \right] = 37626$$

$$d3) \text{ outros custos} = (600 \text{ s}) \left[(1+i')^{1/2} \right] = 7483$$

d4) amortizações = 3200 (conforme 3.3.3.4.4.)

e) ganhos de detenção "reais" realizados

e1) sobre C.E.V. (G.D.R.E.V.)

G.D.R.E.V. = C.E.V. pelo método misto - C.E.V. pelo método de conversão

212	37626	37414
-----	-------	-------

e2) sobre amortizações (G.D.A.)

G.D.R.A. = amortizações p/método misto - amortizações p/método de conversão

176	3200	3024
-----	------	------

Os ganhos de detenção "reais" de 212 e 176 u.m. sobre as existências vendidas e as amortizações traduzem que a circunstância da valorização desses bens, consumidos no exercício, ter sido superior à média geral, fornecida pela evolução do índice de conversão. Por outras palavras, o "valor de troca" destes bens, no conjunto da economia, foi valorizado, resultando num ganho para a empresa que os detém.

f) cálculo dos resultados sobre os elementos monetários

Observa-se um ganho de 1281 u.m., conforme 3.3.3.3.4., alinea c).

g) apresentação dos elementos de síntese contabilística

g1) Demonstração de Resultados

C.Reposição e unidades
de contabilização de
31/12/n

Vendas	48856
Custo das Existências Vendidas	-37626

Margem Bruta	11230
Outros Custos	- 7483
Amortizações do Exercício	- 3200

Resultados sobre a Actividade	547
Ganhos de Detenção Reais Realizados	
sobre existências vendidas	+ 212
sobre amortizações do exercício	+ 176

Resultados de Exploração	935
Ganhos sobre Elementos Monetários	+ 1281

Resultados após Ganhos Monetários	2216

Resultados após Ganhos Monetários 2216

Ganhos de Detenção Reais Não Realizados

sobre existências	- 140
sobre imobilizado corpóreo	+ 704
sobre imobilizado financeiro	+ 20

Resultados Globais 2800

d2) Balanço em 31/12/n

C.Reposição e unidades
de contabilização de

31/12/n

Activo

Disponibilidades	2800
Realizável a C.Prazo de expl.	8000
Existências	8500
Imobilizado Corpóreo Líquido	12800
Imobilizado Financeiro	1100

Total Activo 33200

Passivo

Exigível C.Prazo de expl.	3000
Exigível a M/L Prazo	22000

Total Passivo 25000

Situação Líquida

Capital Social	5400
Resultados do Exercício	2800

Total S.L. 8200

Total Passivo + S.L. 33200

3.4. O Factor Tempo e as Metodologias Contabilísticas Não Destrutivas

3.4.1. Insuficiência da Contabilidade Tradicional

No ponto 3.3.3. analisei as quatro metodologias "puras" que, no âmbito do enquadramento teórico proposto por Daniel Boussard, permitem, com maior ou menor grau de eficiência, ajustar a contabilidade ao factor tempo. Cada um dos métodos expostos utiliza uma combinação específica de escolha de unidade de contabilização e de opção relativa à forma de valorização básica dos bens, resultando diferentes valores de resultados e de património da organização. A escolha de uma das metodologias citadas, como inspiradora de soluções concretas aplicadas nos diversos países, tem-se revestido sempre de polémica apaixonada e também interesseira, tendo em conta os efeitos fiscais dos resultados das organizações. Veja-se como prova da afirmação supra, as polémicas desencadeadas no Reino Unido.

As quatro aproximações teóricas expostas, com as suas soluções aplicadas, as quais serviram de referencial normativo, têm, todavia, algo em comum, além de pretenderem, cada uma por sua forma, melhor transparecer no sistema contabilístico a realidade organizacional. O elemento comum das referidas metodologias consiste em todas elas constituírem formas de ajustamento da contabilidade ao factor tempo e não de consideração desse efeito como um elemento básico e indissociável da realidade organizacional.

Uma empresa é um ente que perdura no tempo; as suas actividades desenvolvem-se não num momento específico, mas num período temporal; a sua estrutura deverá estar organizada para responder não só às necessidades de acção de hoje, mas também do futuro próximo. Neste contexto, o tempo é um factor intrínseco à realidade e ao desenvolvimento organizacional. Como compreender que a contabilidade, como instrumento de gestão integrado no sistema de informação

financeira, não considere o factor tempo como um componente da sua própria informação, em vez de pretender anular os efeitos desse factor ? Como é possível ajustar a informação financeira a algo que é uma componente dessa mesma informação? Porque considera a contabilidade o factor tempo uma "contrariedade", uma "doença" que a situação de alta de preços torna perigosa, se o tempo é uma realidade natural para a organização ? Em suma, porque o tempo é um "intruso" na contabilidade, se de facto o não é na vivência organizacional ?

A resposta a estas perguntas somente poderá ser uma:

A contabilidade não tem incluído o factor tempo como variável do seu subsistema, porque o ambiente tecnológico o não tem permitido.

Num sistema manual de contabilidade, a consideração da data de ocorrência dos factos patrimoniais acarretaria a necessidade de cálculos que, pelo seu número, seriam incomportáveis.

Num sistema automatizado clássico, a organização teria de decidir, antecipadamente, se a sua informação financeira deveria ou não incluir a realidade temporal. Como para certos fins, fiscais por exemplo, os resultados normalmente não incluem o factor tempo, as empresas optavam por estruturar a sua contabilidade desprezando a aludida realidade. Para determinar os resultados de um determinado exercício, a organização necessita unicamente de conhecer os montantes a débito e a crédito de cada conta, desprezando os momentos reais dos factos patrimoniais que esses lançamentos pretendem reflectir. Em certos métodos de ajustamento ao factor tempo (como o de conversão) são utilizadas informações relativas a tempos de rotação ou à antiguidade na empresa de certos activos. Todavia os registos contabilísticos não assumem o campo "data" como vital. É deste facto que derivam as insuficiências dos métodos de ajustamento ao factor tempo.

3.4.2. Aprofundamento da Metodologia Contabilística Não Destrutiva

O "novo conceito de conta", definido no ponto 2.2.5.1.2., reflecte uma visão não tradicional da organização contabilística, em que cada registo é "um conjunto de informação que se completa entre si, interdependente, porque não estabelecendo relações de subordinação, formando um todo que descreve um facto patrimonial real" (repetição de um trecho do ponto supracitado). A importância que o factor tempo assume no contexto organizacional, implica a consideração do campo "data" como um elemento necessário à cabal caracterização dos factos patrimoniais.

Neste contexto, a metodologia contabilística não destrutiva caracterizar-se-ia pelos seguintes aspectos básicos:

a) constituição de uma Base de Dados da organização, que inclua os registos contabilísticos que retratam e preservam os factos patrimoniais.

b) cada registo contém, como elementos igualmente necessários, a seguinte informação:

- b1) data do facto patrimonial;
- b2) unidade de património;
- b3) codificação da conta de património;
- b4) codificação da conta de fluxos.

c) a Base de Dados poderá ser acedida, em tempo real, para pesquisa e também para determinação do património e resultados da organização.

Saliento a diferença entre um sistema contabilístico que não considera o factor tempo como componente essencial dos seus registos, mas que se "ajusta", posteriormente, a essa realidade, de um outro que inclui o facto temporal nos elementos básicos a preservar, para futuras pesquisas e processamentos. Neste último caso, não se trata de um "ajustamento" ao factor tempo, mas da sua consideração, plena e inequívoca.

A palavra-chave que melhor define a metodologia não destrutiva é "preservação". Os registos contabilísticos devem incluir toda a informação para num futuro próximo poderem ser acedidos e explorados, consoante o critério e os objectivos do momento. Um sistema alicerçado neste conceito de Base de Dados, não será uma contabilidade a custos históricos ou de reposição, a unidades nominais ou reais, porque o conteúdo da Base de Dados, o retrato fiel dos factos patrimoniais, poderá ser processado utilizando qualquer um dos conceitos atrás definidos, ou outros, dependendo somente do critério que se utilizar na exploração da informação.

Em suma, à contabilidade tradicional, prisioneira de metodologias e critérios particulares, sucede-se a Base de Dados da informação contabilística, independente de qualquer processamento específico.

Da 3ª para a 4ª geração, da contabilidade tradicional para a Base de Dados - as duas faces da mesma realidade de superação tecnológica.

com C_1 o valor capitalizado de C_0

C_0 o valor descontado de C_1

i a taxa real de capitalização

n o número de períodos de taxa.

2. De acordo com a distinção entre clima e ambiente, de que o primeiro conceito se refere ao meio interno da organização enquanto o segundo se insere no seu meio exterior.

3. Apresentar alguns critérios possíveis, de acordo com os objectivos do estudo, que pretendam efectuar uma listagem e descrição sucinta da totalidade dos critérios de valorização.

7. Conforme Vulliamy.

8. Considero que a terminologia "Valor de Realização" traduz melhor as características do critério, do que a tradução literal de língua inglesa de "Realized Value" (Valor Realizado).

NOTAS

1. Normalmente Resultados / Capitais Próprios ou Resultados + Encargos Financeiros / Activo.
2. Se bem inflação não seja sinónimo de variação no índice de preços, é legítima a relação estabelecida, já que ambas as realidades variam directamente. De facto:
 - a) a inflação é o fenómeno de distorção entre o crescimento real do Produto e o aumento da Massa Monetária, considerando constante a velocidade-rendimento da moeda;
 - b) as variações dos índices de preços são indicadores de inflação.
3. Exemplo adaptado de Yuji Ijiri, embora com diversos ajustamentos.
4. Considerando a definição referida pelo Prof. Santos Fernandes:

C_0 é financeiramente equivalente a C_n sse

$$C_n = C_0 (1+i)^n$$

com C_n o valor capitalizado de C_0 ;
 C_0 o valor descontado de C_n ;
 i a taxa real de capitalização;
 n o número de períodos de taxa.
5. De acordo com a distinção entre clima e ambiente, em que o primeiro conceito se refere ao meio interno da organização enquanto o segundo se insere no seu meio exterior.
6. Apresento alguns critérios possíveis, de acordo com os objectivos do estudo, sem pretender efectuar uma listagem e descrição exhaustiva da totalidade dos critérios de valorização.
7. Conforme Yuji Ijiri.
8. Considero que a terminologia "Valor de Realização" traduz melhor as características do critério, do que a tradução literal do idioma inglês de "Realized Value" (Valor Realizado).

9. Conforme Yuji Ijiri.
10. Os efeitos do factor tempo nos resultados reais é a temática do ponto 3., pelo que não o desenvolverei no presente contexto.
11. A taxa de desconto d respeita a seguinte relação:
- $$d = i / (1+i)$$
12. Refira-se que a taxa de capitalização seria de $(Y-X) / X$, conforme 2.2.3.3., verificando-se a relação expressa na nota 11.
13. Os termos Mais-Valias ou Menos-Valias são utilizados no seu sentido amplo de acréscimo ou decréscimo passivo de valor.
14. Em idioma inglês, respectivamente, "Realizable Value" e "Realized Value".
15. Para tal constatação, veja-se o Prof. Luís Santos Fernandes em Lições de Cálculo Financeiro.
16. Entendendo-se expressão "natural" de um bem à unidade que comumente é utilizada como métrica desse bem (ex.: metros cúbicos, litros, Kgs, etc.).
17. O conceito de "veracidade" consiste na minimização do desvio existente entre os factos patrimoniais da organização e o registo dessas mesmas realidades. Utilizando uma metáfora, a metodologia com maior grau de veracidade será aquela cujas suas fotografias se assemelhem mais à dita realidade.
18. Utilizo a expressão amortização para a depreciação, pelo factor tempo, de todo o activo immobilizado, não efectuando qualquer distinção entre reintegrações e amortizações.
19. Tendo em conta a situação analisada em 2.2.8.1.1., os resultados fornecidos poderão ser inválidos, para qualquer objectivo e/ou circunstância climática, por ausência de coerência nos diversos critérios.
20. As comumente designadas linguagens "Query".
21. Entendido no conceito de "end user", como expresso pelos autores que abordam a problemática dos sistemas de informação, dos quais cito James Martin.

22. Veja-se o exemplo do Balanço Social, que apresenta informação passível de utilização de gestão e que constitui informação adicional relativamente aos dados contabilísticos, mesmo entendidos no âmbito de uma metodologia não destrutiva.

23. No original "Resource Accounts".

24. No original "Activity".

25. Adaptado de Yuji Ijiri.

26. Nalguns orçamentos, como por exemplo o das Comunidades Europeias, além de "créditos de pagamento", que autorizam despesas e pagamentos, existem "créditos de autorização", que se referem ao montante dos compromissos financeiros a assumir em dado período orçamental com consequências nos exercícios seguintes, ao nível de pagamentos.

27. Os produtos informáticos que permitem o processamento automático da contabilidade incluem, nos parâmetros do seu funcionamento, o número máximo de contas admissível em cada Plano.

28. Cobol, por exemplo, já que é associada aos designados processamentos de gestão, caracterizados pela manipulação de um grande número de registos, embora submetendo-os unicamente a operações elementares.

29. Em termos de capacidade de pesquisa da informação em tempo real, existe muito maior similitude entre um sistema informático utilizando metodologias de "3ª Geração" e um método manual, do que entre aquele e um sistema de "4ª Geração".

30. Defino "tecnologia tradicional da informação" como o conjunto de meios disponíveis para o processamento de informação, anteriores ao surgimento de Sistemas de Gestão de Base de Dados (SGBD) e linguagens de interrogação, as quais caracterizam, em termos do utilizador do recurso "informação", a "4ª Geração".

31. Trata-se do conceito de Base de Dados, explorado por um SGBD, possuindo uma linguagem de interrogação e aliado a uma linguagem de "4ª Geração", como por exemplo APL.

32. A problemática da determinação da taxa correcta de capitalização é bastante extensa, sendo abordada por vários autores. No âmbito da presente dissertação, importa somente realçar que o valor dessa taxa varia em relação directa com a evolução do nível geral de preços.

33. Entre Julho e Novembro de 1923 as moedas em ouro valorizaram-se face ao papel-moeda 3,78 mil milhões de vezes ! - segundo H.W.Sweeney.

34. Adaptado de Daniel Boussard.

35. A terminologia "Reavaliação" parece-me incorrecta no contexto em que, por exemplo, a legislação portuguesa posterior a 1977 a emprega. "Reavaliar" consiste, obviamente, em tornar a avaliar. Ora, as "Reavaliações do Imobilizado", no âmbito da legislação referida, não prevêem qualquer nova avaliação dos bens imobilizados, mas tão somente uma sua revalorização, com base em coeficientes. Estamos assim em presença de "Revalorizações do Imobilizado" e não de "Reavaliações" do mesmo.

36. Conforme o Prof. Rogério Fernandes Ferreira, em lições de Gestão Financeira - Volume II.

37. Afirmação verdadeira se os coeficientes de reavaliação forem superiores à unidade, ou seja, se a conjuntura for inflacionista.

38. O coeficiente instituído pela Lei brasileira 6404/76 foi o índice que expressa a variação do valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

39. A delimitação das contas monetárias é analisada em 3.3.3.3.2..

40. Embora as iniciais em idioma inglês sejam iguais, quando me refiro a CPP pretendo designar a metodologia principal, ou seja, a abreviatura de "Constant Purchasing Power", que inclui, como uma das alternativas possíveis em termos de escolha da unidade constante de contabilização, a unidade monetária corrente.

41. Taxa mensal equivalente a 8 % ao ano, calculada com a fórmula:

$$i' = (1+i)^{(1/m)} - 1$$

42. O valor capitalizado das Vendas, dos CEV e dos Outros Custos poderia ser calculado através das expressões seguintes, considerando a premissa de que os proveitos e os custos se efectivam de forma continuada:

$$\text{Vendas} = 4000 \bar{a}_{\overline{12}|i'} (1+i')^{12} - 1000 (1+i')^{(9/2)}$$

$$\text{C.E.V.} = 3000 \bar{a}_{\overline{12}|i'} (1+i')^{12}$$

$$\text{Outros Custos} = 600 \bar{a}_{\overline{12}|i'} (1+i')^{12}$$

43. O comité Sandilands baseou-se no esquema de determinação de valor dos bens enunciado por J. Bonbright.

44. Segundo Daniel Boussard, que cita a "Ordre des Experts Comptables" de França.

45. Tradução livre.

46. Relativamente ao primeiro ponto, este foi discutido em 3.3.3.4.1.1.

Bibliografia Básica

Apresento seguidamente, por ordem alfabética, os dez elementos bibliográficos essenciais no desenvolvimento do trabalho efectuado.

CAGAN, Phillip e LIPSEY, Robert, "The Financial Effects of Inflation", in "General Series - National Bureau of Economic Research", EUA, 1978.

BOUSSARD, Daniel, "Comptabilité et Inflation - Méthodes et Applications", Paris, Masson, 1983

FERNANDES, L. Santos, "Noções Fundamentais de Cálculo Financeiro", 1ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E.P., 1985

FERREIRA, Rogério Fernandes, "Lições de Gestão Financeira", 1ª edição, Lisboa, Livraria Arnado, 1985

IJIRI, Yuji, "Theory of Accounting Measurement", 1ª edição, EUA, American Accounting Association, 1975

INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTANTS IN ENGLAND AND WALES, "Accounting Standards", London, 1985

KIRKMAN, Patrick, "Accounting Under Inflationary Conditions", 2ª edição, Londres, George Allen & Unwin, 1978

NEVES, Júlio H., "A Correção dos Efeitos da Inflação nos Resultados e no Balanço da Empresa", 1ª edição, Lisboa, BESCL, 1983

TWEEDIE, D.P., "Cash-Flows and Realisable Value: The Intuitive Accounting Concepts ? An Empirical Test Accounting and Business Research", in Accounting and Business Research, Vol. 8, nº 29, 1979, pag. 2 - 13

WHITTINGTON, Geoffrey, "Inflation Accounting - An Introduction to the debate", 1ª edição, Cambridge, Cambridge University Press, 1983

Bibliografia Acessória

Apresento seguidamente, por ordem alfabética, os restantes elementos bibliográficos .

ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE, "Exposure Draft (ED) 18, Current Cost Accounting", Londres, ASC, 1976

ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE, "Inflation Accounting - an Interim Recommendation by the Accounting Standards Committee" (Bases Hyde), Londres, ASC, 1977

BEAVER, W., "Market Efficiency", in Accounting Review, Vol. 56, nº 1, 1981, pag. 23 - 37

BOURN, M., STONEY, P. e WYNN, R., "Price Indices for Current Cost Accounting", in Journal of Business, Finance and Accounting, Vol. 3, nº 3, 1976, pag. 149 - 172

BURLAND, A., "Comptabilité et Inflation", Paris, Cujas, 1979

COOK, J. e HOLZMANN, O., "Current Cost and Present Value in Income Theory", in Accounting Review, Vol. 51, nº 4, 1976, pag. 778 - 787

GANDARIN, G., "SGBD : Bien Comprendre les concepts", in 01 Informatique, nº 128, Paris, 1979, pag. 92

GEE, K. e PEASUELL, K., "A Pragmatic Defence of Replacement Cost", in Accounting and Business Research, Vol. 6, nº 24, 1976, pag. 242 - 249

HALE, D., "Comptabilité et Inflation dans le Monde - I", in Revue du Financier, Junho/Julho 1979, pag. 6 - 23

HALE, D., "Comptabilité et Inflation dans le Monde - I", in Revue du Financier, Agosto/Setembro 1979, pag. 53 - 61

KAY, J. A., "Inflation Accounting - A Review Article", in Economic Journal, Vol. 87, nº 346, 1977, pag. 300 - 311

KENNEDY, C., "Inflation Accounting: Retrospect and Prospect", Cambridge, in Cambridge Economic Policy Review, nº 4, 1978, pag. 58 - 64

LECOINTRE, G., "La Comptabilité et l'Inflation", Paris, Dunod, 1977

MALLISON, D., "Understanding Current Cost Accounting", Butterworths, 1980

PRAKASH, P. e SUNDER, S., "The Case Against Separation of Current Operating Profit and Holding Gains", in Accounting Review, Vol. 54, nº 1, 1979, pag. 1 - 22

SCARPENS, Robert W., "Accounting in an Inflationary Environment", Londres, The Mac Milan Press, 1977

SWEENEY, H.W., "Stabilized Accounting", Holt Rinehart and Wilson, Nova York, 1964 (reedição de obra datada de 1936)

TOURNIER, J.-C., "Savoir Gérer l'Entreprise Face à l'Inflation: Vers une Comptabilité Indexée", Paris, Les Editions d'Organisation, 1977

WANLESS, P.T. e FORRESTER, D., "Readings in Inflation Accounting", Nova York, John Wiley and Sons, 1979